



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

PPCTM

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO
SUBSEQUENTE

CAMPUS VIDEIRA
VIDEIRA – SANTA CATARINA
BRASIL

Versão

MAIO DE 2021

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES
REITORA

JOSEFA SUREK DE SOUZA DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORA DE ENSINO

JAQUIEL SALVI FERNANDES
DIRETOR DO CAMPUS

JOSY ALVARENGA CARVALHO GARDIN
DIRETORA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

NADIR PAULA DA ROSA
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO

MARCOS ROBERTO MESQUITA
COORDENADOR DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
Denominação do Curso	CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTE EM SEGURANÇA DO TRABALHO
Coordenador do Curso:	MARCOS ROBERTO MESQUITA , Doutor em Ciências Sociais, CPF: 290.303.778-79, Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva 40 horas. E-mail: marcos.mesquita@ifc.edu.br - Telefone: (049) 3533-4900.
Núcleo Docente Básico (NDB)	<p>FLAVIA CARAIBA DE CASTRO, Mestre em Educação Científica e Tecnológica, CPF: CPF:027.449.771-95. E-mail: flavia.castro@ifc.edu.br _Telefone: (049) 3533-4944.</p> <p>EVERSON WILLIAN BATISTA, Técnico em Segurança do Trabalho, CPF 072.475.369-93. E-mail: everson.batista@ifc.edu.br- Telefone: (049) 3533-4900.</p> <p>MÁRCIA ELIZABETE SCHÜLER, Mestre em Saúde, Trabalho e Ambiente, CPF 652.258.999-00, com Dedicção Exclusiva. E-mail: marcia.schuler@ifc.edu.br – Telefone: (049) 3533-4900.</p> <p>MARIAH RAUSCH PEREIRA, Mestre em Direito, CPF:049.533.469-39, com Dedicção Exclusiva. E-mail: mariah.pereira@ifc.edu.br – Telefone: (049) 3533-4900.</p> <p>JOÃO HEMKEMAIER, Mestre em Mecatrônica, CPF 050.027.899-78, com Dedicção Exclusiva. E-mail: joao.hemkemaier@ifc.edu.br- Telefone (049) 3533-4900.</p> <p>JUCIARA RAMOS CORDEIRO, Assistente Social, CPF: 044653039-55, servidora técnico-administrativa. E-mail: juciara.cordeiro@ifc.edu.br - Telefone (049) 3533-4940.</p>
Modalidade:	PRESENCIAL
Grau:	NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTE
Titulação:	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

<p>Legislação:</p>	<p>Lei nº 9.394 de 20/12/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação;</p> <p>Resolução CNE/CEB Nº 6/2012 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Profissionais Técnicos de Nível Médio;</p> <p>Resolução CNE/CEB Nº 3/2018 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;</p> <p>Parecer CNE/CEB Nº11/2012 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;</p> <p>Decreto 5.154/04 regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências;</p> <p>Parecer CNE/CEB Nº 39/2004 aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio;</p> <p>Parecer CNE/CEB Nº 40/2004 trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB);</p> <p>Lei nº 11.741, de 16/07/2008 altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica;</p> <p>Resolução CNE/CEB Nº 04/2012 dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio;</p> <p>Resolução CNE/CEB Nº 4/2005 inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004;</p> <p>Lei nº 11.788/2008 que trata sobre estágios;</p>
--------------------	---

	<p>Lei nº 11.892/2008 que trata da criação dos Institutos Federais;</p> <p>Resolução CNE/CEB Nº 2/2005 modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação;</p> <p>Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);</p> <p>Resolução nº 084 CONSUPER de 30/10/2014, dispõe sobre organização didática dos cursos técnicos de nível médio do IFC, Trata da criação, trâmite e critérios de análise e aprovação de PPC;</p> <p>Portaria Normativa nº 4 CONSEPE/2019 IFC que regulamenta a oferta de componentes curriculares a distância;</p> <p>Lei nº 10.098/2000 que trata das questões sobre acessibilidade;</p> <p>Decreto nº 5.296/2004 que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;</p> <p>Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica);</p>
Eixo Tecnológico:	SEGURANÇA
Local de Oferta:	<p>CNPJ: 10.635.424/0007-71</p> <p>Razão Social: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - CAMPUS VIDEIRA.</p> <p>Esfera Administrativa: Federal</p> <p>Endereço: Rodovia SC 135, km 125, S/No, Bairro Campo Experimental, CEP: 89560-000 – Videira, SC, Brasil. Telefone/Fax: (49) 3533-4900</p> <p>E-mail de contato: campusvideira@ifc.edu.br</p> <p>Site da Unidade: http://www.videira.ifc.edu.br</p>
Turno:	NOTURNO
Número de Vagas:	40
Carga Horária do Curso:	Carga Horária Total de 1.460 horas divididas em quatro semestres, sendo 1.260 horas de disciplinas e 200 horas de Estágio Curricular Obrigatório
Periodicidade:	SEMESTRAL
Períodos:	Matrícula inicial e rematrícula semestral, de acordo com normatização própria. Duração mínima de 2 (dois anos).

APRESENTAÇÃO DO IFC

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei nº 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presente em todos os estados, os Institutos Federais contêm a reorganização da rede federal de educação profissional, oferecendo formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e *Campus* Camboriú, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. A esse conjunto de instituições somaram-se a unidade de Videira, Blumenau, Luzerna, Ibirama, São Bento do Sul e Fraiburgo.

O IFC possui atualmente 15 *Campi*, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além de uma Unidade Urbana em Rio do Sul e da Reitoria instalada na cidade de Blumenau. O IFC oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008 sejam alcançados faz-se necessário a elaboração de documentos que norteiam todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Político Pedagógico Institucional – PPI, com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do Curso Subsequente em Segurança do Trabalho, com o intuito

de justificar a necessidade institucional e demanda social, considerando o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

Ofertar uma educação de excelência, pública e gratuita, com ações de ensino, pesquisa e extensão, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural do indivíduo e da sociedade que ele constitui.

2.1. VISÃO INSTITUCIONAL

Ser referência nacional em educação profissional, científica e tecnológica, para o mundo do trabalho, por meio da formação cidadã.

2.2. GÊNESE E IDENTIDADE DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

O Instituto Federal Catarinense, com sede em Blumenau/SC, criado pela Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008), possui atualmente quinze *Campi* instalados no Estado de Santa Catarina, a saber: Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira.

De acordo com a Lei, o Instituto Federal é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, gozando das seguintes prerrogativas: autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Essa Instituição abrange todo o território catarinense, o que contribui para posicionar a nova estrutura do Instituto Federal Catarinense numa Instituição de desenvolvimento estadual e, seus *Campi* em elos de desenvolvimento regional, garantindo-lhe a manutenção da respeitabilidade, junto às comunidades onde se inserem suas antigas instituições, cuja credibilidade foi construída ao longo de sua história.

No âmbito da gestão institucional, o Instituto Federal Catarinense busca mecanismos participativos para a tomada de decisão, com representantes de todos os setores institucionais e da sociedade. Com a criação dos Institutos Federais, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica aumenta significativamente a inserção

na área de pesquisa e extensão, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

O Instituto Federal Catarinense oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, além de apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, bem como o desenvolvimento integral do cidadão em termos sociais, políticos, culturais e socioambientais.

BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL / IFC – CAMPUS VIDEIRA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC *Campus* Videira está situado no município de Videira - SC, no Vale do Rio do Peixe, distante 450 km da capital Florianópolis. Tem uma área de 377,85 km² e faz limite com os municípios de Caçador e Rio das Antas, ao norte; Pinheiro Preto, ao sul; Fraiburgo e Tangará, a leste; e Arroio Trinta e Iomerê, a oeste. O município encontra-se na zona agroecológica do Vale do Rio do Peixe, com clima subtropical, segundo classificação de *Koppen*, apresentando temperatura moderada, chuva bem distribuída e verão brando. Podem ocorrer geadas, tanto no inverno como no outono. As temperaturas médias são inferiores a 20°C, exceto no verão. No inverno a média é inferior a 14° C, com mínimas inferiores a 8° C. O acesso terrestre pode ser feito pelas SC-453 e SC-135, e o aéreo através do Aeroporto Municipal Prefeito Ângelo Ponzoni. Em 2010, segundo dados do IBGE, o município de Videira apresentou população de 47.188 habitantes, sendo 42.856 residentes na área urbana e 4.332 na área rural. No setor primário, sobressai-se a fruticultura, com ênfase na cultura do pêssego, ameixa e uvas; na pecuária, destacam-se a criação de suínos, aves e bovinos de leite; e no comércio e indústria, as cantinas de vinho, indústrias em geral e agroindústria.

Devido à sua topografia acidentada, característica peculiar da região, Videira possui muitos atrativos naturais, como rios, cascatas e áreas verdes. Em 1965 foi criada, por lei municipal, a reserva florestal Parque da Uva, em uma área de 70.000 m² com bosques e áreas de lazer, composta por rica diversidade de plantas nativas. O IFC *Campus* Videira iniciou suas atividades em março de 2006, como extensão da

Escola Agrotécnica Federal de Concórdia e funcionou, até o início de 2010, no prédio da Escola Criança do Futuro – CAIC, espaço cedido pela Prefeitura Municipal de Videira. Neste local foram disponibilizadas duas salas de aula, onde funcionava a secretaria, diretoria escolar e os laboratórios de informática e de química. Neste mesmo período, teve início a primeira turma do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária, constituída por trinta e cinco estudantes. Contava com um coordenador, uma secretária e uma equipe de cinco professores.

Em 2007 iniciou-se a segunda turma e ocorreu a contratação de novos professores. Para estas duas primeiras turmas, as aulas eram ministradas nos períodos matutino e vespertino e, em junho de 2008, realizou-se a formatura da primeira turma. Ainda em 2008, emendas parlamentares possibilitaram a aquisição de equipamentos e o início das obras do *Campus*, no local onde anteriormente estava instalado o Horto Municipal da Prefeitura de Videira e, mediante realização de Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Videira, realizada em 04 de abril daquele mesmo ano, foi sugerido que o *Campus* ofertasse cursos nas seguintes áreas de conhecimento: agropecuária, embalagens, indústria e licenciaturas. Todos estes esforços conjuntos, que envolveram a comunidade junto com lideranças locais, foram culminados com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC, do qual o *Campus* de Videira faz parte (BRASIL, 2008). Em 2009 foi realizado concurso público para a contratação de professores e técnicos administrativos.

Também foi realizado o primeiro processo seletivo para a entrada de estudantes nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária, Eletroeletrônica e Informática para o Campus Videira, e nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio de Automação Industrial, Mecânica e Segurança do Trabalho para o Campus Avançado de Luzerna. Em 2010, o IFC Campus Videira contava com uma estrutura física composta por sete prédios, abrigando 22 salas de aula, a parte administrativa do Campus, cinco laboratórios, biblioteca, cantina, auditório e ginásio de esportes. Possuía também, uma equipe formada por professores, pedagogos, psicólogo e técnicos administrativos. Atualmente, o IFC Campus Videira oferece três cursos técnicos integrados ao ensino

médio, quatro cursos técnicos subseqüente, três graduações e uma pós Lato Senso, descritos na Tabela 1.

Tabela 1. Cursos ofertados pelo Instituto Federal *Campus* Videira.

Curso	Nível	Modalidade
Agropecuária	Técnico	Integrado
Eletroeletrônica	Técnico	Integrado
Informática	Técnico	Integrado
Agropecuária	Técnico	Subseqüente
Eletrônica	Técnico	Subseqüente
Eletrotécnica	Técnico	Subseqüente
Segurança do Trabalho	Técnico	Subseqüente
Ciência da Computação	Superior	Superior
Engenharia Elétrica	Superior	Superior
Pedagogia	Superior	Superior
Agronomia	Superior	Superior
Educação	Pós-Graduação	<i>Lato sensu</i>

PERFIL DO CURSO

Justificativa

O Estado de Santa Catarina está localizado na Região Sul do Brasil, possui uma superfície de 95.318,301km², e 6,1 milhões de habitantes. Seu PIB em 2004 teve 13,6% de participação do setor primário, 52,5% do setor secundário e 33,9% do setor terciário. O peso maior do setor secundário na formação do PIB mostra a importância do diversificado parque fabril para o Estado, que emprega 594 mil trabalhadores (2009), e contribui para que o Estado seja o 6º maior exportador do País (2008). A região Oeste do Estado, formada por 122 municípios, possui um parque industrial voltado para o setor agroindustrial, o qual responde por quantia significativa das exportações catarinenses. Para atender a esse complexo agroindustrial instalou-se na região muitas micro e pequenas empresas do setor eletro-metal-mecânico, que de uma forma geral, desejam suporte quanto a informações técnicas/tecnológicas e de Segurança do Trabalho.

No contexto de uma cidade e região cuja base econômica é a Agroindústria, este curso justifica-se pela necessidade de profissionais da área de Segurança do Trabalho a fim de que estes possam solidificar e abrir novos horizontes neste mercado de grande potencial, seja para trabalhar nas empresas da região ou mesmo para iniciar suas atividades de consultoria enquanto empreendedores. O número de matrículas em cursos técnicos na área nas instituições de ensino profissional tem se mantido quase inalterado em números absolutos e é decrescente em números relativos, segundo dados da educação profissional dos Censos Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2003-2005 – dados disponíveis em <http://www.inep.gov.br>). A evolução tecnológica e as transformações sociais e econômicas exigem que as Escolas avaliem o seu papel como Centro de Formação Profissional de forma a atender as essas demandas do mundo do trabalho. Em contrapartida, também é crescente a visão de que a formação profissional não pode acontecer de forma dissociada da formação global do ser humano, enquanto sujeito social, político e individual, que exerce papel fundamental na evolução da sociedade da qual faz parte.

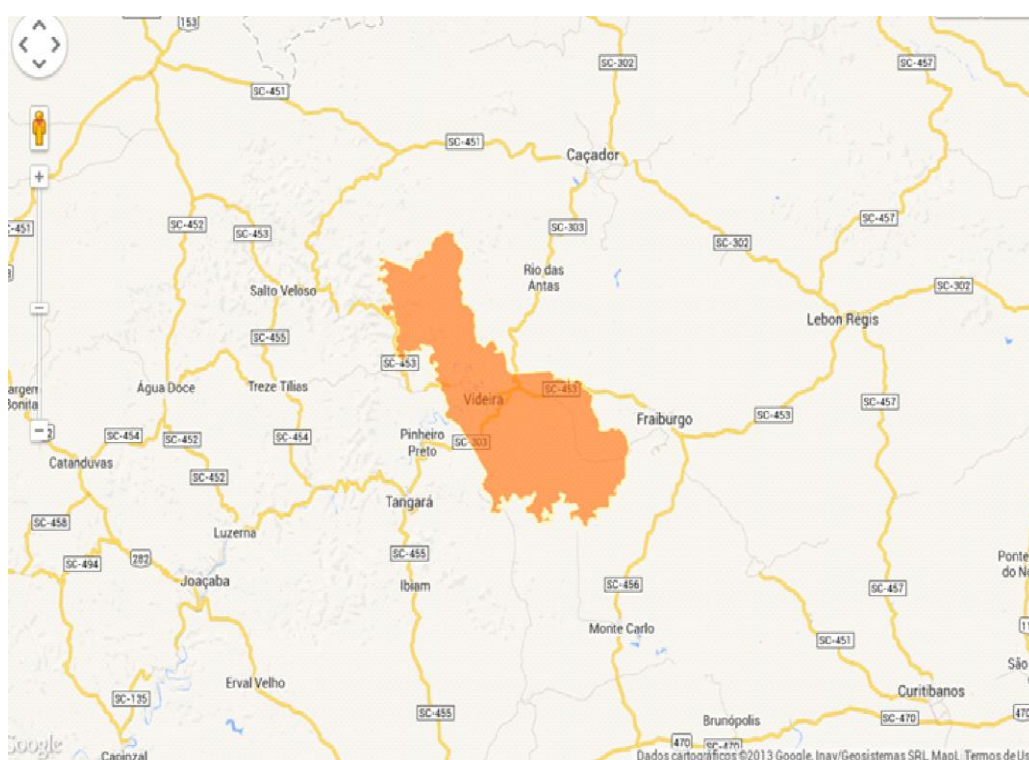
Por isso, o Curso Técnico em Segurança do trabalho propõe-se ao desenvolvimento do educando no sentido de formar um cidadão apto a participar da

sociedade de forma positiva entendendo o trabalho como princípio educativo e a educação como ponto crítico na sua emancipação intelectual.

Localização

O mapa a seguir mostra o município de Videira e seu posicionamento geográfico na mesorregião oeste catarinense.

Figura 1. Videira e suas Fronteiras - Fonte: maps.google.com.br



Data de fundação: 1º de março de 1944.

Datas comemorativas: Aniversário do município: 01 de março e Dia da padroeira do município: 08 de dezembro - Imaculada Conceição.

Principais atividades econômicas: Cerca de 75% do movimento econômico do município decorrem da criação e abate de aves e de suínos. A fruticultura, o fumo e o gado leiteiro também são destaque, juntamente com os grãos.

Distância das principais Cidades

Cidade	Km
Florianópolis	450
Curitiba	303
Porto Alegre	580
Fraiburgo	23
Treze Tílias	55
Caçador	40
Joaçaba	60

OBJETIVOS DO CURSO

Geral

Possibilitar condições para a formação profissional na área de Segurança do Trabalho que apliquem e conduzam atividades técnicas visando a melhoria do ambiente e condição laboral, fomentando qualidade de vida no trabalho, por meio de

métodos de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, bem como a valorização da figura humana nos espaços de produção.

Específicos

- Oferecer condições para formação educacional humanizada.
- Propiciar meios para o desenvolvimento dos aspectos técnicos e científicos relacionados a segurança do Trabalho.
- Oportunizar momentos de discussão a respeito das atualidades do mundo do trabalho possibilitando meios de interpretação dos modos de produção e suas relações com a saúde e segurança do trabalho.
- Expandir por meio de vivências práticas os conceitos teóricos referentes a saúde e segurança do Trabalho.
- Proporcionar condições de articulação e conjugação dos arranjos produtivos locais aos conceitos e temáticas nacionais e globais.

PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO

A educação formal desenvolvida em ambientes escolares apresenta no Brasil uma herança dual, ou seja, ensino propedêutico voltado às elites dirigentes e educação profissional voltada aos trabalhadores. Os currículos apresentam a tradição de atender especificamente às atividades profissionais a serem desenvolvidas na sociedade capitalista segmentada em classes sociais.

Com a Lei nº 4.024/1961, a dualidade estrutural é realidade que sofre alterações a partir de mudanças ocorridas no mundo do trabalho. A diferenciação e o desenvolvimento dos vários ramos profissionais, em decorrência do desenvolvimento crescente dos setores secundário e terciário, conduzem ao reconhecimento da

legitimidade de outros saberes, que não só de cunho acadêmico, na etapa que se caracteriza como tradicional nova, do ponto de vista do princípio educativo.

Pela primeira vez, a legislação educacional reconhece a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionalizantes e os propedêuticos, para fins de prosseguimento de estudos. Da mesma forma, os cursos do Sistema S (SENAI, SENAC, SESI etc.) podem ser organizados, cumprindo as exigências legais, de modo a equivaler aos níveis fundamental e médio. Esta legislação constitui um avanço, mas a equivalência não supera a dualidade estrutural, uma vez que continuam a existir dois ramos diferentes de ensino.

A situação agrava-se com Lei nº 5.692/71 que pretendeu substituir a dualidade pelo estabelecimento da profissionalização compulsória no Ensino Médio; dessa forma, todos os filhos da classe média e baixa teriam uma única trajetória. A reforma do governo militar propôs um ajuste à nova etapa de desenvolvimento, marcada pela intensificação da internacionalização do capital e pela superação da substituição de importações pela hegemonia do capital financeiro. É o “tempo do milagre”: ingresso do Brasil para o bloco do Primeiro Mundo. O desenvolvimento industrial e das cadeias produtivas precisa de força de trabalho qualificada.

Segundo Kuenzer (2007), a dualidade estrutural não pode ser resolvida no âmbito do projeto político-pedagógico escolar, mesmo porque é originada da dualidade estrutural das classes. O princípio educativo que determinou o projeto pedagógico da formação profissional para atender às demandas desse tipo de organização taylorista-fordista deriva-se de uma determinada concepção de qualificação profissional que a concebe como resultado de um processo individual de aprendizagem de formas de fazer, definidas pela necessidade da ocupação a ser exercida, complementada com o desenvolvimento de habilidades psicofísicas demandadas pelo posto de trabalho.

Nessa concepção, o desenvolvimento das competências intelectuais superiores e o domínio do conhecimento científico-tecnológico não eram necessários para os trabalhadores. A pedagogia do trabalho taylorista-fordista priorizou treinamento para a ocupação e muita experiência, cuja combinação resultava em

destreza e rapidez, como resultado de repetição e memorização de tarefas bem-definidas, de reduzida complexidade e estáveis.

Então, vieram as mudanças no mundo do trabalho pela globalização da economia e reestruturação produtiva. Instala-se um novo paradigma: o modelo japonês de organização e gestão do trabalho, a linha de montagem vai sendo substituída pelas células de produção, o trabalho individual pelo trabalho em equipe, o supervisor desaparece e o engenheiro desce ao chão de fábrica, o antigo processo de qualidade dá lugar ao controle internalizado, feito pelo próprio trabalhador. Nessa nova organização, o universo passa a ser invadido pelos novos procedimentos de gerenciamento; as palavras de ordem são competitividade e qualidade.

O mundo do trabalho no Capitalismo atual exige um trabalhador de novo tipo, com todos os setores da economia, com capacidades intelectuais que lhe permeiam adaptar-se a produção flexível.

Capacidades que merecem destaque: domínio dos códigos e linguagens, autonomia intelectual para resolver problemas práticos utilizando o conhecimento científico, buscando aperfeiçoar-se continuamente; autonomia moral, através de novas situações que exigem posicionamento ético, finalmente, a capacidade de comprometer-se com o trabalho, entendido de forma mais ampla de construção do homem e da sociedade, através da responsabilidade, da crítica e da criatividade. Já não se entende possível a formação profissional sem uma sólida base de educação geral.

A qualificação profissional requer conhecimentos e habilidades cognitivas e comportamentais que permitam ao cidadão-produtor chegar ao domínio intelectual e do técnico e das formas de organização social para ser capaz de criar soluções originais para problemas novos que exigem criatividade, a partir do domínio do conhecimento. É preciso outro tipo de pedagogia, determinada pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho. Nesta etapa de desenvolvimento das forças produtivas. Habilidades: saber lidar com a incerteza, substituindo a rigidez pela flexibilidade. São duas as novas determinações do mundo social e produtivo que colocam dois novos desafios para o ensino médio:

- Democratização;

- Formulação de outra concepção, que articule formação científica e sócio-histórica à formação tecnológica.

Não é o âmbito pedagógico que vai solucionar essa dificuldade do ensino médio porque a realidade que existe é de uma sociedade dividida na qual crescem exclusões na mesma proporção que diminuem os recursos públicos que possibilitam a formulação de políticas e projetos necessários à garantia dos direitos mínimos da cidadania. É uma solução ideológica porque desconsidera a realidade brasileira, com sua carga de especificidades e desigualdades regionais decorrentes de um modelo de desenvolvimento desequilibrado, que reproduz internamente as mesmas desigualdades e desequilíbrios que ocorrem entre outros países, na esfera da internacionalização do capital.

O acesso ao nível superior de qualidade, e em particular nos cursos de complexidade tecnológica, que exigem tempo integral, sólidos conhecimentos e financiamento técnico, bibliográfico, além de recursos complementares à formação, é reservado àqueles de renda mais alta, ressalvadas algumas exceções que continuam servindo à confirmação da tese da meritocracia.

A realidade atual é um mundo do trabalho reestruturado no viés da globalização da economia, que restringe cada vez mais o número de postos e cria, ou recria, na informalidade, um sem-número de ocupações precárias que, embora sirvam à sobrevivência, longe estão de permitir um mínimo de dignidade e cidadania.

Para a maioria dos jovens, o exercício do trabalho digno será a única possibilidade de continuar seus estudos em nível superior, portanto, o ensino deverá responder ao desafio de atender a estas demandas: o acesso ao trabalho e a continuidade dos estudos, com competência e compromisso.

O artigo 35 da LBD 9394/96 requer não só para o Ensino Médio, mas para todos os níveis, o desenvolvimento da capacidade de usar conhecimentos científicos de todas as áreas para resolver situações que a prática social e produtiva apresenta ao homem cotidianamente. No atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista, apenas o conhecimento prático e o bom senso, embora continuem sendo importantes, não são suficientes para enfrentar os desafios postos por um modelo de desenvolvimento que cada vez mais usa a ciência como força produtiva, para o bem

e para o mal, ao mesmo tempo melhorando e destruindo a qualidade de vida, individual e social.

Para os que vivem do trabalho, a aprendizagem de conhecimentos e habilidades, instrumentais e cognitivas, imediatamente vinculadas ao exercício de atividades produtivas, é condição não só de existência, mas também da própria permanência no sistema de ensino, na maioria das vezes viabilizada pelo ingresso do mercado de trabalho.

A efetiva democratização do Ensino que ao mesmo tempo prepara para a inserção no mundo do trabalho e para a cidadania, complementando nos níveis subsequentes por formação profissional científico-tecnológica e sócio-histórica, tal como proposto nas finalidades expressas na legislação, exige condições materiais que não são dadas para o caso brasileiro.

O papel da escola pública precisa ser atendido. É a construção de uma proposta pedagógica que propicie condições de aprendizagem variadas e significativas aos seus estudantes, de modo geral pauperizados economicamente, e, em consequência, cultural e socialmente. A escola de ensino médio pública será democrática quando o projeto político pedagógico possibilitar as necessárias mediações para que os menos favorecidos estejam em condições de identificar, compreender e buscar suprir, ao longo de sua vida, suas necessidades com relação à participação na produção científica, tecnológica e cultural.

Nesse contexto, segundo Kuenzer (2007), a nova finalidade do ensino médio é ser geral sem ser genérico e relacionar-se ao trabalho sem ser estritamente profissionalizante. A proposta de integração fundamenta-se também em intelectual italiano, que dizia que o verdadeiro dirigente, precisa ser não só especialista e nem só político, a expressão de um novo equilíbrio entre o desenvolvimento das capacidades de atuar praticamente e de trabalhar intelectualmente.

São princípios do Ensino Médio Subsequente:

- Universalização do ensino e aprendizagem, com atuação na reversão dos índices baixos de escolarização.

- Diversificação de modalidades: programas diversificados que estimulem a criação de diferentes alternativas, desde que observando a Base Nacional Comum, as DCN e as normas complementares estaduais. A escola pública de qualidade é a única alternativa de apropriação do conhecimento, tendo em vista cada vez mais a difícil construção da dignidade humana, finalidade máxima a orientar a elaboração do projeto político pedagógico. O aluno pode preferir mecânica à arte, porque essa é a realidade do trabalho que conhece e exerce precocemente como estratégia de sobrevivência; outro pode preferir atividades físicas a ciências exatas, porque suas experiências de classe não lhe propiciaram o desenvolvimento do raciocínio lógico. É a escola, portanto, que lhe propiciará oportunidades de estabelecer relações com os distintos campos do conhecimento, de modo a exercer o seu direito a escolhas, e ao mesmo tempo superar suas dificuldades em face de suas experiências anteriores.

Para os que vivem do trabalho, a escola é o espaço privilegiado para o estabelecimento de relações significativas com todas as áreas do conhecimento de modo a preparar o aluno para assumir-se também como sujeito de sua história e da história, compreendendo o papel revolucionário da ciência para a destruição das condições geradoras de exclusão, as quais, frutos da práxis, tão-só através dela serão superadas. Educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009).

Com o Ensino Médio Subsequente o objetivo é que seja superada a abordagem tradicional: caráter apenas propedêutico e a abordagem pragmática com domínio restrito das formas de trabalho; de modo que ocorra a integração entre ciência, trabalho e cultura, a partir de novos paradigmas de organização e gestão que demandam formação científico-tecnológica e sócio-histórica.

São pressupostos ou princípios da educação profissional de nível técnico (Art.30 da Resolução CNE/CEB, nº 04/99), além dos princípios gerais fixados no art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases, os seguintes:

- I. Independência e articulação com o ensino médio;
- II. Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- III. Desenvolvimento de competências para a laboralidade;

- IV. Flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- V. Identidade dos perfis profissionais de conclusão do curso;
- VI. Atualização permanente dos cursos e currículos;
- VII. Autonomia da escola em seu projeto pedagógico.

O eixo do currículo deverá ser o trabalho compreendido como práxis humana e como práxis produtiva, a partir do qual não há dissociação entre educação geral e formação para o trabalho. Toda a educação é educação para o trabalho, que não se confundirá com educação profissional *stricto sensu*. Assim, a formação profissional, em sua dimensão básica, está presente na base nacional comum e não se confunde com a parte diversificada, que também atenderá a ambas as finalidades (Kuenzer,2007).

Esse eixo, contudo, exige recortes, para que não se caia na ilusão de um sistema científico único que articule todos os saberes, ou se permaneça na lógica que historicamente reproduziu a concepção positivista com sua fragmentação, cristalizada em disciplinas estanques. Esses recortes, observado estatuto epistemológico e histórico de cada ciência, deverão tomar como eixo organizador do currículo as diferentes práticas sociais e produtivas selecionadas a partir das características e demandas da clientela e da região, tendo em vista as finalidades de democratização do conhecimento para a construção da cidadania. São a partir desses recortes que serão selecionados os conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada. O princípio educativo que determinou o projeto pedagógico taylorista-fordista, ainda dominante em nossas escolas, deu origem às tendências pedagógicas conservadoras em suas distintas manifestações, que sempre se fundaram na divisão entre pensamento e ação, a partir do que se distribuía diferentemente o conhecimento. O que era estratégico para a classe dominante, que mantinha o monopólio do saber científico, não podia ser democratizado, de modo que o acesso aos níveis superiores de ensino sempre foi controlado, com a intervenção do Estado, que mantinha a oferta de ensino gratuito nos limites das demandas do capital, através de um sistema educacional que se responsabilize pela seletividade.

Essa pedagogia foi dando origem a projetos político-pedagógicos ora centrados nos conteúdos, ora nas atividades, sem nunca propiciar relações entre o aluno e o conhecimento que integrassem efetivamente conteúdo e método, ou mesmo se constituíssem em mediações significativas que pudessem se constituir em aprendizagens. Dessa forma, não chegavam a propiciar o domínio intelectual das práticas sociais e produtivas para a maioria do alunado, que iria complementar sua educação para o trabalho em cursos específicos, treinamento ou através da prática no próprio trabalho. Relações significativas entre o aluno e a ciência só iriam ocorrer nos cursos superiores, para aqueles poucos que apresentam “mérito”.

Em decorrência de sua desvinculação da prática social e produtiva, a seleção dos conteúdos sempre obedeceu a critérios formais fundados na lógica positivista, em que cada objeto do conhecimento origina uma especialidade que desenvolve seu próprio quadro conceitual e se automatiza dos outros objetos da prática que o gerou. Concebidos dessa forma, os diferentes ramos da ciência deram origem a propostas curriculares em que as disciplinas são rigidamente organizadas e sequenciadas segundo sua própria lógica.

Os conteúdos, assim organizados, são repetidos, ano após ano, de forma linear e fragmentada, predominantemente por meio do método expositivo combinado com a realização de atividades que vão da cópia de parcelas de texto à resposta de questões, em que mais importa cumprir a tarefa, tanto para o aluno, quanto para o professor, do que estabelecer profícua relação com o conhecimento.

A área de informação modificou as bases estruturais da sociedade capitalista que hoje passou a ser chamada “sociedade da informação”, “sociedade do conhecimento” ou ainda “sociedade em rede”.

De acordo com Alves (2007), passamos pela Revolução Tecnológica ou revolução das redes informacionais que instaurou uma ruptura fundamental na evolução do maquinário no capitalismo. Com essa revolução, dissemina-se o ciberespaço, que por sua vez, constitui as infovias hipervirtuais permeadas de “pedágios” do capital impõe sua lógica da escassez à nova forma material. A mercadoria-informação é a última fronteira da modernização tardia. É o que Lukács chama de capitalismo manipulatório, constituído por redes de informações linguístico-imagéticas que atingem a subjetividade complexa de homens e mulheres. O ciberespaço é um campo de integração difusa e flexível dos fluxos de informação e

comunicação entre máquinas computadorizadas, um complexo mediador entre homens baseado totalmente em dispositivos técnicos, um novo espaço de interação (e de controle) sócio humano criado pelas novas máquinas e seus protocolos de comunicação e que tende a ser a extensão virtual do espaço social propriamente dito.

O ensino médio Subsequente em Segurança do Trabalho precisa trabalhar os conhecimentos básicos inerentes às atividades do técnico em Segurança do Trabalho, conhecer as estruturas e aplicações que giram no entorno, estabelecendo relações de modo que se possa desenvolver nos estudantes o espírito crítico para as questões que se apresentam no mundo do trabalho e na sociedade atual, para que tenham condições de integrar-se efetivamente na profissão e na vida, posicionando-se de maneira crítica e emancipatória com relação às injustiças sociais e as ambiguidades profundas existentes entre as classes sociais, entre os dominantes e os dominados.

Os egressos deste curso precisam compreender os laços que envolvem a dominação hegemônica, bem como os meios e estratégias que utilizam para desenvolver um comando que aprofunde as diferenças sociais e aos poucos, atuar de maneira que transformem esta realidade. Esse é o pressuposto básico do ensino médio Subsequente: uma formação sem dualidade de ensino e de condições de aprendizagem, integrada à vida social do sujeito, considerando suas necessidades e possibilidades.

RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

O Ensino Médio Subsequente é uma etapa da Educação Básica que busca a garantia e a consolidação das aprendizagens necessárias ao desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e práticas de trabalho bem como atuação social.

O Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente em Segurança do Trabalho do IFC – Campus Videira procura contribuir na preparação dos estudantes para a cidadania, promovendo o aprimoramento dos valores humanos, relações pessoais e comunitárias e principalmente da formação profissional de qualidade.

Neste sentido, dentre todas as atividades proporcionadas aos estudantes neste curso, existe a preocupação pela busca constante e efetiva da relação entre teoria e

prática, possibilitando o contato, observação e vivência de diversas áreas de conhecimento dentro das particularidades do curso.

Sendo assim, no Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente em Segurança do Trabalho, a relação teoria e prática dar-se-á principalmente através de atividades práticas em laboratórios específicos da área, visitas técnicas, palestras de formação, projetos interdisciplinares, feiras de iniciação científica e extensão, dentre outras práticas e atividades relacionadas ao curso.

TRANSVERSALIDADE E TEMAS TRANSVERSAIS

De acordo com Menezes (2002), a transversalidade é um termo que, em Educação, é entendido como uma forma de organizar o trabalho didático na qual alguns temas são integrados nas áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. A partir da LDB, foram elaborados os PCNs que, por sua vez, orientam para a aplicação da transversalidade. No âmbito dos PCNs, a transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Não se trata de trabalhá-los paralelamente, mas de trazer para conteúdos e para a metodologia da área a perspectiva das temáticas. Ainda segundo Menezes (2002), “a transversalidade se difere da interdisciplinaridade porque, apesar de ambas rejeitarem a concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, a primeira se refere à dimensão didática e a segunda à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. Ou seja, se a interdisciplinaridade questiona a visão compartimentada da realidade sobre a qual a escola se constituiu, mas trabalha ainda considerando as disciplinas, a transversalidade diz respeito à compreensão dos diferentes objetos de conhecimento, possibilitando a referência a sistemas construídos na realidade dos alunos”. Entende-se aqui que a transversalidade seria o “saber para a realidade, para o social, para a vida real” e não só pela necessidade escolar.

Conforme orienta a Resolução MEC/CEB nº 02/2012 (BRASIL, 2012), art. 10, II, os seguintes temas transversais devem ser contemplados e registrados nos conteúdos programáticos descritos nos planos de ensino das disciplinas: Educação Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.947/2009); Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso (Lei nº 10.741/2003); Educação Ambiental (Lei nº 9.975/1999); Educação para o Trânsito (Lei nº 9.503/1997); Educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009).

INTERDISCIPLINARIDADE

Demo define a interdisciplinaridade “[...] como a arte do aprofundamento com sentido de abrangência, para dar conta, ao mesmo tempo, da particularidade e da complexidade do real.” (DEMO, 1989, p. 88-89).

Para Alves *et al* (2004), sugere-se, assim, a prática de pesquisa em grupo como metodologia mais indicada, pela possibilidade da cooperação qualitativa entre especialistas. Esta prática será viabilizada através das equipes de profissionais ou pesquisadores especialistas, mediados pela linguagem, pelo diálogo e pelos métodos acessíveis a todos. Entendemos que a abordagem interdisciplinar deve ser entendida como produto histórico. Tal compreensão apontam Jantsch e Bianchetti (1997), não exclui a necessidade de avançar na direção de outro paradigma que permita uma aproximação maior da visão histórica. Não implica também que interdisciplinaridade e especialidade não possam conviver de forma harmoniosa, dado que o “genérico e o específico não são excludentes”.

É a partir dessas contribuições que se pretende materializar o exercício da interdisciplinaridade no processo de formação.

Embora a estrutura curricular do curso seja disciplinar a metodologia e abordagem dos conteúdos buscará estabelecer relações e diálogos entre as disciplinas que ocorrem concomitantemente, bem como as dos semestres anteriores e posteriores.

Distribuídos nos núcleos propostos pelo artigo 6º da Resolução CNE/CP Nº 1 de 15 de maio de 2006, os componentes curriculares dialogam entre si a partir de um

grupo de disciplinas denominadas *disciplinas articuladoras*. Baseadas no princípio da interdisciplinaridade, elas são responsáveis por garantir a conexão de saberes e de conhecimentos construídos ao longo do semestre.

Desse modo, a matriz curricular foi organizada de forma a garantir a integração dos componentes curriculares nos eixos horizontal (ao longo de um período) e vertical (ao longo dos dois anos de curso). A concretização dessa proposta interdisciplinar demanda um esforço dos docentes para realização de reuniões trimestrais para planejamento, socialização das atividades realizadas e avaliação do seu processo de implementação.

O corpo docente do curso de Segurança do Trabalho do IFC-Câmpus Videira aprovou a sistematização desse trabalho nas seguintes etapas: 1) Reunião com todos os professores que atuarão no semestre letivo para socialização dos planos de ensino a fim de destacar pontos de articulação entre as diferentes disciplinas do período; 2) Apresentação de atividades ou conteúdos “interdisciplinares” entre os componentes curriculares responsáveis pelo eixo de articulação do semestre; 3) Elaboração de um relatório (parcial) para formalizar o processo de integração das disciplinas para o semestre vigente; 4) Reuniões regulares para acompanhamento do processo de articulação das disciplinas ao longo do semestre; 5) Avaliação, ao fim do semestre, do processo de articulação entre as disciplinas.

Os componentes curriculares responsáveis por realizar a integração do curso ao longo dos semestres são: Comunicação e Formação em SST, Tecnologia e Controle de Sinistros e Tópicos Especiais.

Em função da demanda de trabalho exigida do professor responsável e da carga horária da disciplina em determinados semestres, faz-se importante assegurar que, a partir do primeiro período, os componentes curriculares acima citadas, seja ministrado por dois docentes.

Ambos atuarão em conjunto e serão responsáveis pela condução das aulas teóricas, pelo acompanhamento e orientação das atividades dessas disciplinas.

A carga horária do componente curricular será integralmente registrada no plano de trabalho de cada professores. Ressalta-se que o atual quadro de docentes

do curso é suficiente para atendimento desta questão, não sendo necessário a contratação de novos docentes.

CURRICULARIZAÇÃO DA PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO

A curricularização da pesquisa, extensão e inovação possibilita articular a pesquisa como princípio, a extensão como ação e o ensino como síntese. Integrar a curricularidade da pesquisa e da extensão ao desenvolvimento do ensino possibilita aos estudantes vivenciar novas práticas e saberes que extrapolam os currículos acadêmicos.

Ao mesmo tempo em que a curricularização da Extensão, da Pesquisa e Inovação permite o desenvolvimento de relações entre o IFC e outros setores da sociedade, além da interdisciplinaridade, a indissociabilidade ensino, pesquisa-inovação e extensão, bem como a integração dos conhecimentos.

Serão asseguradas, no mínimo, 5% da carga horária total do curso (73h) em ações curricularizadas de extensão, de pesquisa e inovação, prioritariamente para áreas de grande pertinência social.

Assim, no Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, as duas possibilidades de curricularização da extensão, pesquisa e extensão são:

I - Desenvolvimento de atividades de extensão, pesquisa ou inovação em componentes curriculares do curso: palestras e capacitações oferecidas pelo curso (20 horas) e visitas técnicas (10 horas); Semana Acadêmica do curso (10 horas) e desenvolvimento de atividades interdisciplinares focadas em três áreas: Relações Humanas no Trabalho; Gestão da Diversidade e Políticas Públicas (10 horas).

II - Por meio de componentes curriculares específicos: Metodologia do Trabalho Científico e Sociologia do Trabalho (23 horas).

Em relação a Semana Acadêmica do curso, ela será organizada pelas disciplinas ofertadas no semestre em que acontecerá a Semana Acadêmica e assim

há o incentivo à participação dos estudantes, o que desenvolve habilidades e conhecimentos trabalhados em aulas.

Dessa forma, o curso prevê que a curricularização da pesquisa, extensão e inovação ficará inserida dentro dos componentes curriculares do curso, sem que seja necessária inserir carga horária extra ao curso.

NGA – NÚCLEO DE GESTÃO AMBIENTAL

O curso conta com o apoio do Núcleo de Gestão Ambiental – NGA, que é responsável por desenvolver atividades e políticas relacionadas ao meio ambiente no Campus.

O NGA do IFC foi criado através da publicação da Portaria nº 0160/2013, de 21 de janeiro de 2013 e regulamentado pela Resolução do CONSUPER nº 14 de 16 de dezembro de 2020. Desde o início, o NGA busca discutir, formular e implementar a Política Ambiental do IFC, vinculando o princípio da sustentabilidade socioambiental em nosso instituo, tornando-o valor fundamental para a comunidade escolar e buscando o cumprimento da legislação ambiental. As ações do NGA podem ser divididas em quatro grandes setores:

- Administração: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; combate ao desperdício, entre outras ações;
- Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Desenvolvimento Humano e Social: sensibilização e capacitação dos servidores;
- Desenvolvimento Institucional: política ambiental, auditoria, gestão adequada de resíduos gerados, responsabilidade ambiental, qualidade de vida no ambiente do trabalho.

Ações realizadas pelo NGA do campus Videira: informe sobre coleta seletiva do lixo, vídeo ensinando como fazer máscara de tecido sem costura, dicas de como economizar energia elétrica, água e noções de como evitar desperdício de alimentos, dentre outras que poderão ser desenvolvidas.

DISCIPLINAS COM PRÉ-REQUISITO

Em função da necessidade de encadeamento de conceitos básicos e elementares para o relacionamento entre disciplinas, entendida pelo NDB do curso de Segurança do Trabalho, estabelece-se as seguintes disciplinas como pré-requisitos: Segurança do Trabalho I concluída para poder cursar Higiene do Trabalho I; Higiene do Trabalho I concluída para cursar Higiene do Trabalho II; Desenho Técnico II que necessita de Informática Básica concluída.

PERFIL DO EGRESSO

A estrutura curricular do curso de Ensino Técnico em Segurança do Trabalho na modalidade subsequente do Instituto Federal Catarinense - Campus Videira foi desenvolvida preservando os conceitos de multidisciplinaridade e sistemas, visando atender as demandas em evolução de um mundo do trabalho, atualmente exigente e dinâmico, propiciando aos futuros profissionais desenvolverem diversas habilidades e competências relacionadas às diferentes áreas de atuação profissional. A proposta do curso é a de que o egresso seja capaz de identificar antecipadamente os riscos relacionados à saúde em um ambiente de trabalho, buscando proteger a integridade física e psíquica do trabalhador, juntamente com a adequação legal de empresas e instituição no que diz respeito à saúde e segurança do trabalho. Neste sentido, o aluno deverá desenvolver, ao longo do curso, a habilidade para solução de problemas e enfrentar situações de imprevisibilidade, incerteza e instabilidade, usando raciocínio lógico e analítico, para operar com valores e formulações matemáticas para estabelecer relações formais e causais entre fenômenos e para expressar-se de modo crítico diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais, também, o curso

apresenta uma ênfase em tecnologias, especializando-os no uso de ferramentas de gestão.

A proposta curricular do curso está centrada no desenvolvimento de competências que exigirão uma prática pedagógica pautada na interação com o aluno e na construção do seu conhecimento.

Assim, as iniciativas dos alunos, o diálogo, os diferentes estágios de desenvolvimento cognitivo e a autonomia terão que ser considerados para que aconteça não somente o saber fazer, mas, acima de tudo, o saber por que está sendo feito.

Desta forma, as disciplinas serão ministradas utilizando-se os seguintes instrumentos metodológicos: aulas teórico-expositivas e dialogadas, palestras, seminários e estudos de casos.

CAMPO DE ATUAÇÃO

O profissional de nível Técnico em Segurança do Trabalho é capaz de diagnosticar problemas e propor ações a serem tomadas, não só visando a prevenção dos acidentes, mas também adequando o ambiente de trabalho para uma melhor qualidade de vida.

O campo de atuação do profissional Técnico em Segurança do Trabalho é bastante amplo e diversificado, podendo atuar em toda iniciativa pública e privada, em todos os níveis de atuação, desde o administrativo até o produtivo.

Atualmente a legislação profissional está baseada nos seguintes textos legais.

- Constituição Federal (1988), por ser a Lei básica, sobre a qual se apoia todo o ordenamento jurídico nacional;

- Lei 7410/1985, que dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras Providências;

- Resoluções, Decisões Normativas e outros regulamentos legais de graus inferiores, editados pelo CAU, CONFEA e CREA.

Técnico em Segurança do Trabalho é todo o profissional que tenha sido diplomado por escola oficial autorizada ou reconhecida, regularmente constituída nos

termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº4.024, de 20 de dezembro de 1961 e suas alterações (Lei nº5.692/71 e Lei nº9.394/96).

A profissão é regulamentada pela Lei nº5.524, de 05 de novembro de 1968 e pelo Decreto Federal nº90.922, de 06 de fevereiro de 1985 e alterações do Decreto Federal nº4.560, de 30 de dezembro de 2002, que cria e fixa as atribuições do Técnico Industrial, em suas diversas habilitações.

O exercício da profissão do Técnico de Segurança do Trabalho depende do prévio registro no Ministério do Trabalho conforme portaria nº 262 de 29/05/2008. O registro no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura é facultativo, porém recomendado, uma vez que toda responsabilidade técnica deverá seguir trâmites desta entidade. Amparado nas legislações citadas, e com a formação recebida pela instituição de ensino, os profissionais possuem capacidade de exercerem suas competências profissionais nas áreas de:

- Temática sobre saúde e trabalho, perfil de riscos ocupacionais e técnicas preventivas.
- Determinantes e condicionantes do processo saúde - doença.
- Estrutura e organização do sistema de saúde vigente.
- Funções e responsabilidades dos membros da equipe de trabalho.
- Trabalho na perspectiva do atendimento integral e de qualidade.
- Trabalho em equipe, correlacionando conhecimentos de várias disciplinas ou ciências, tendo em vista o caráter interdisciplinar da área.
- Normas de biossegurança.
- Normas de higiene e saúde pessoal e ambiental.
- Legislação referente aos direitos do usuário.
- Normas de conservação de recursos não renováveis e de preservação do meio ambiente.

- Ergonomia e a realização do trabalho.
- Riscos de iatrogênicas, ao executar procedimentos técnicos.
- Normas do exercício profissional e princípios éticos que regem a conduta do profissional de saúde.
- Rotinas, protocolos de trabalho, instalações e equipamentos.
- Manutenção de equipamentos próprios da área de conhecimento.
- Registro ocorrências e serviços prestados de acordo com exigências do campo de atuação.
- Prestação de informações ao cliente, ao paciente, ao sistema de saúde e a outros profissionais sobre os serviços que tenham sido prestados.
- Orientação a clientes ou pacientes a assumirem, com autonomia, a própria saúde.
- Coleta e organização de dados relativos ao campo de atuação.
- Utilização de recursos e ferramentas de informática específicos da área.
- Realização de treinamentos de primeiros socorros em situações de emergência.

FORMA DE ACESSO AO CURSO

De acordo com Edital Próprio da instituição.

PRÉ-REQUISITO DE ACESSO AO CURSO

O ingresso no Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente em Segurança do Trabalho dar-se-á de acordo com as normas a seguir:

- Inscrição e participação no processo seletivo classificatório de acordo com as normas estabelecidas em Edital Próprio da instituição;
- Poderão ingressar no curso modalidade Ensino Médio Subsequente, estudantes que tenham concluído o ensino médio independente de formação específica.

ATENDIMENTO DE ENSINO

Os professores oferecem o atendimento extraclasse para que os estudantes possam tirar dúvidas e revisar os conteúdos, além do oferecimento do trabalho de monitoria. De acordo com o Regimento Didático Pedagógico, a monitoria é a atividade relacionada ao ensino que visa proporcionar auxílio à atuação dos docentes em tarefas ligadas com o processo de aprendizagem, podendo despertar no monitor o interesse pela docência.

ATENDIMENTO DE APOIO PEDAGÓGICO

O IFC Campus Videira conta com atendimento de apoio pedagógico que inclui as demandas no aspecto psicopedagógico, social e de saúde visando atender o estudante de maneira integral, considerando principalmente o que preconiza a política

nacional de permanência de estudantes - PNAEs (Programa Nacional de Assistência Estudantil).

Desse modo, a condição socioeconômica, que em muitas situações inviabilizaria o acesso ou mesmo a permanência do estudante, é amparada desde o acompanhamento individual e familiar até a transferência de recursos financeiros aos estudantes comprovadamente em situação de vulnerabilidade.

Além disso, questões de saúde, psíquicas e emocionais, fundamentais para o bem-estar do estudante e seu pleno desenvolvimento são atendidas de maneira a promover uma adaptação e contribuir para a conclusão com êxito do estudante inserido.

O trabalho multidisciplinar, supervisionado pela Coordenação e Direção de ensino, envolve o SISAE (Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional), orientação educacional e a equipe de AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Assim, os estudantes são avaliados e acolhidos na sua individualidade e limitações recebendo atendimento diferenciado a partir das necessidades específicas. Estes profissionais estão envolvidos nas diferentes atividades ligadas ao ensino, desde o ingresso até a conclusão, o que possibilita o suporte e implementação de ações junto aos alunos visando o acesso e permanência com êxito acadêmico.

NÚCLEO PEDAGÓGICO (NuPe)

De acordo com a Resolução 008/2014 – CONSUPER/IFC, o Núcleo Pedagógico (NuPe) é um órgão de estudos, pesquisas e assessoramento de cada *Campus*, vinculado à Direção de Desenvolvimento Educacional, cuja finalidade é proporcionar à comunidade acadêmica assistência de ordem didática e pedagógica, contribuindo com a implementação de políticas e ações na área educacional, visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Está em funcionamento no *campus* Videira e é composto por docentes, técnicos administrativos e coordenação de ensino, objetivando promover assessoramento didático-pedagógico em conformidade com a legislação vigente e

diretrizes institucionais, constituindo-se como um espaço de planejamento coletivo, consultivo e orientador das demandas referentes à prática educativa.

Além disso, propõe e organiza momentos de formação pedagógica aos servidores, buscando elevar a qualidade de ensino, facilitando o diálogo com a comunidade acadêmica e em geral e visando sempre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

SERVIÇO INTEGRADO DE SUPORTE E ACOMPANHAMENTO EDUCACIONAL

O Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional - SISAE presta atendimento aos estudantes de todos os níveis, cursos e períodos do IFC - Campus Videira, bem como aos pais, responsáveis, familiares, comunidade externa, docentes, terceirizados, coordenadores e demais servidores.

Integram o atendimento do SISAE no Campus Videira, os serviços de suporte e acompanhamento aos estudantes, que visam garantir o acesso, a permanência e o êxito acadêmico, na perspectiva da inclusão social, da formação cidadã, melhoria do desempenho escolar e qualidade de vida.

Nessa perspectiva, o setor atua em diversas frentes, de modo multidisciplinar, garantindo o bem-estar da comunidade acadêmica, por meio de orientação pedagógica, orientações em saúde, nutrição e qualidade de vida, suporte às dificuldades emocionais, orientação e acompanhamento nas situações disciplinares e todas as situações que envolvem a dinâmica escolar, dificuldades de aprendizagem, dificuldades que impactem na socialização, orientação profissional, entre outros.

Além disso, executa ações preconizadas pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sendo responsável pela organização, seleção e concessão de auxílios estudantis aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e

pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com atividades de educação alimentar e nutricional e a avaliação do estado nutricional dos estudantes.

O setor é formado por uma equipe técnica multidisciplinar atualmente composta por: psicóloga escolar, enfermeira, assistentes de alunos, assistente em administração, técnica em assuntos educacionais, nutricionista e assistente social.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é o conjunto de atividades e recursos pedagógicos para a acessibilidade, organizados de forma complementar e/ou suplementar para a formação dos estudantes com necessidades específicas de acordo com o Decreto lei nº 7611/2011, Resolução nº083/Consuper, 2014 e Portaria Normativa nº 04, de 29 de janeiro de 2018, Instituto Federal Catarinense.

O AEE visa garantir o pleno acesso e a participação dos estudantes com necessidades nas atividades pedagógicas, por meio do atendimento às demandas específicas, a ser realizado em articulação com as demais políticas públicas, quando necessário, conforme estabelece a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, o Decreto lei nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 e o decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004.

Dentre os principais objetivos está o apoio ao desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos permitindo a diminuição das barreiras existentes no processo

de ensino e aprendizagem, além de promover condições para a continuidade dos estudos em todos os níveis e em todas as etapas e modalidades de ensino.

Para os estudantes no ensino superior será ofertado o atendimento do AEE, a garantia da terminalidade específica e a temporalidade diferenciada em consonância com a legislação vigente em nosso país. Atualmente, o Instituto Federal Catarinense Campus Videira conta com uma estrutura de acessibilidade para alunos com necessidades específicas, tais como; rampas de acesso às salas de aulas, ao bloco administrativo e ao bloco pedagógico, banheiros adaptados para cadeirantes, elevador, piso tátil, sala de recursos multifuncional, equipe do atendimento educacional especializado e tradutor intérprete de Libras.

MATRIZ CURRICULAR

O Curso Técnico de Educação Profissional de Nível Médio Subsequente em Segurança do Trabalho segue os princípios e finalidades da educação profissional contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 24 de dezembro de 1994, e no momento de elaboração do projeto de criação de curso, pautou-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Profissional Técnica de Nível Médio, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação sob a Resolução CNE/CEB nº 04/99, diretriz que contemplava a Educação Básica e pelo Parecer CNE/CEB nº 16/99, que contemplava a educação profissional, vigentes na época.

Para a elaboração deste PPC tomam-se como a base as resoluções nº 02 de 30 de janeiro de 2012 e a nº 06 de 20 de dezembro de 2012.

A lei maior da educação profissional é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a 9394/1996, que traz os princípios norteadores da educação profissional de nível técnico que estão enunciados no artigo 3º da LDB:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;

- Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- Valorização do profissional da educação escolar;
- Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- Garantia de padrão de qualidade;
- Valorização da experiência extraescolar;
- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Mais os seguintes:

- Independência e articulação com o ensino médio;
- Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- Desenvolvimento das competências para a laboralidade;
- Flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- Identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso;
- Atualização permanente dos cursos e currículos;
- Autonomia da escola em seu projeto pedagógico.

De acordo com a Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino técnico, o artigo 3º traz a Educação Profissional Técnica de Nível Médio admitindo duas formas: articulada e subsequente ao ensino médio, podendo ser a primeira integrada ou concomitante a essa etapa da educação básica. O inciso 2º deste mesmo artigo versa sobre os cursos e programas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio organizados por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo

interesse dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, observadas as normas do respectivo sistema de ensino para a modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Ainda em consonância com a legislação citada anteriormente, o artigo 14º versa sobre o que os currículos dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio devem proporcionar aos estudantes:

- Diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como referências fundamentais de sua formação;
- Elementos para compreender e discutir as relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas das sociedades contemporâneas;
- Recursos para exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientados por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromissos com a construção de uma sociedade democrática;
- Domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, de modo a permitir progressivo desenvolvimento profissional e capacidade de construir novos conhecimentos e desenvolver novas competências profissionais com autonomia intelectual;
- Instrumentais de cada habilitação, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho;
- Fundamentos de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho.

Atualmente, a organização curricular se dá por eixos tecnológicos, elaborados após um longo processo de debates. A antiga forma de organização curricular, considerando as áreas profissionais, seguia lógica das atividades econômicas.

□ **SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho entende a avaliação como um processo contínuo, cumulativo, diagnóstico e inclusivo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, que visa acompanhar a apropriação dos conhecimentos e das competências que são necessárias às formações: ética, científica, técnica e profissional.

O processo de avaliação do ensino-aprendizagem tem como objetivos:

- Analisar a coerência do trabalho pedagógico com as finalidades educativas previstas no Projeto Pedagógico do Curso e no Plano de Ensino de cada componente curricular;
- Avaliar a trajetória da vida escolar do estudante, visando obter indicativos que sustentem tomadas de decisões sobre a progressão dos estudantes e o encaminhamento do processo ensino–aprendizagem;
- Definir instrumentos avaliativos que acompanhem e ampliem o desenvolvimento global do estudante, que sejam coerentes com os objetivos educacionais e passíveis de registro escolar.

O processo de avaliação do ensino-aprendizagem segue os preceitos descritos no capítulo XVI da Resolução 084/2014 que trata da organização didática dos cursos técnicos de nível médio do IFC.

Da avaliação

Compete ao professor responsável pelo componente curricular adotar os instrumentos e critérios de avaliação que julgar mais eficientes, devendo expressá-los no respectivo Plano de Ensino, apresentado aos alunos no início de cada período letivo, previamente aprovados pelo NDB. Os resultados das avaliações deverão ser publicados, com a devolução das avaliações escritas, inclusive dos resultados das recuperações paralelas, no prazo máximo definido e regulamentado pelos órgãos competentes.

O processo de avaliação de cada componente curricular, assim como os mecanismos de avaliação, deve ser planejado e deverá ser dada ciência ao estudante no início de cada ano, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso. Os resultados das avaliações deverão ser divulgados a todos os estudantes, individualmente. É vedada a publicação dos resultados das avaliações em murais. Todas as avaliações já corrigidas deverão ser entregues aos estudantes para que sejam revisadas e dirimidas quaisquer dúvidas quanto à correção. É importante destacar que o professor deve descrever, no instrumento de avaliação, os critérios que serão utilizados para correção.

Avaliação em segunda chamada

As aplicações de avaliações em segunda chamada, por seu turno, seguem as diretrizes traçadas no Capítulo XVIII da Resolução 084/2014, notadamente em seu artigo 83, abaixo transcrito:

Art. 83. A segunda chamada destina-se ao estudante que, por motivos justificáveis e devidamente comprovados, perder avaliações, programadas ou não, no planejamento do componente curricular.

§1º. Caberá ao setor responsável, conforme organização de cada campus, determinar os motivos justificáveis.

§2º. Terá direito à segunda chamada o estudante que protocolar o requerimento na Secretaria Escolar em até 02 (dois) dias úteis após o término do impedimento, com a devida comprovação material deste, por exemplo, atestado médico, nota de internação hospitalar ou outra situação excepcional que demonstre a impossibilidade de comparecimento do discente na

atividade realizada. A ausência de apresentação e comprovação de justificativa, importam no não conhecimento do pedido.

§3º. O requerimento com a devida justificativa será analisado pelo setor responsável, que após análise e deferimento ou não, encaminhará ao docente do componente curricular.

Estudos de recuperação da aprendizagem

O estudante que obtiver aproveitamento abaixo da média, em quaisquer dos componentes curriculares, terá direito a estudos de recuperação da aprendizagem e a reavaliação conforme as diretrizes definidas pelo Capítulo XIX da Resolução 084/2014. A recuperação da aprendizagem ocorre paralelamente às atividades do período, enquanto a reavaliação ocorre ao final de cada trimestre para os cursos integrados, conforme artigo 86, inciso I. Tal prática deve ser registrada no plano de ensino e no diário de classe de cada disciplina.

Revisão de Avaliações

É direito do estudante solicitar revisão de avaliações escritas desde que siga as diretrizes definidas pelo Capítulo XX da Resolução 084/2014, transcritas abaixo:

Art. 94. É direito do estudante solicitar revisão de avaliações escritas, num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado da mesma.

§1º. A solicitação de revisão de avaliação deverá ser feita à Coordenação de curso, através da Secretaria Escolar, em requerimento próprio, protocolado, anexando-se a cópia da avaliação, como também as justificativas em que se funda o discente para fins de demonstrar o erro de correção ou de interpretação, isto tudo no intuito de comprovar os fundamentos para provimento do pedido.

§2º. A ausência de motivação e justificativa de parte do discente no pedido de revisão de prova importa no não conhecimento do pedido formulado.

§3º. A Coordenação de Curso indicará banca composta por três servidores: um membro do NUPE e dois docentes, sendo no mínimo um deles da área em questão, para proceder à revisão da prova.

§4º. A banca terá 02 (dois) dias úteis para emitir parecer em resposta à solicitação, encaminhando resultado à Coordenação de Curso.

§5º. A Coordenação de Curso encaminhará o resultado ao docente da disciplina que fará as correções quando for o caso e comunicará o resultado ao aluno. Caberá à Secretaria Escolar fazer o arquivamento.

Exercícios Domiciliares

Os regimes especiais de exercício domiciliar seguem as diretrizes definidas pelo Resolução 051/2010 do Conselho Superior do IFC – CONSUPER. Em seu Capítulo II – Da Aplicabilidade do Regime Especial de Exercício Domiciliar, especifica-se:

Art. 5º. O regime especial de Exercício Domiciliar deve ser solicitado quando da observação de situação que impeçam o estudante de manter frequência normal em aula, não sendo concedido, em hipótese alguma, para data retroativa.

Segundo o art. 6º, “terá direito ao regime especial de Exercício Domiciliar o estudante que necessitar ausentar-se das aulas por um período superior a 15 dias consecutivos”. Além do exposto, essa referida Resolução especifica quais os estudantes estão aptos a encaminhar o pedido de Regime Especial com Exercícios Domiciliares às seções competentes.

Atividades não presenciais

Não serão oferecidas atividades não presenciais, conforme decisão do NDB do curso, salvo determinação da Reitoria ou do Ministério da Educação (MEC).

Certificação de conhecimentos obtidos em processos formativos não formais e aproveitamento de estudos

A certificação de conhecimentos obtidos em processos formativos não-formais e aproveitamento de estudos segue as diretrizes definidas no capítulo XV da Resolução 084/2014, especificamente nos artigos 59 e 64:

Art. 59. Poderá ser concedido aproveitamento de estudos, mediante requerimento dirigido ao Coordenador do Curso, protocolado pelo próprio estudante ou por seu representante legal na Secretaria Escolar, acompanhado dos seguintes documentos:

I – histórico escolar (parcial/final) com a carga horária e rendimentos escolares dos componentes curriculares cursados;
II – planos de ensino dos componentes curriculares cursados no mesmo nível de ensino contendo no mínimo, ementário, conteúdo programático, referências e carga horária.

§1º. A verificação da compatibilidade dos componentes curriculares cursados com aproveitamento dar-se-á pela análise do processo, com base no parecer do Coordenador do Curso e do docente do componente curricular, respeitado o mínimo de 75% de similaridade dos conteúdos e da carga horária do (s) componente (s) curricular (es) do curso pretendido.

§2º. Pode-se combinar mais de um componente curricular para validação do componente curricular pretendido.

§3º. Todos os documentos exigidos devem ser emitidos pela instituição de origem.

§4º. É vedado o aproveitamento de estudos entre níveis de ensino distintos.

§5º. Atendendo à recomendação do parecer CEB/CNE 18/2002, tem-se que para fins de aproveitamento de estudos ou revalidação de diploma, em especial, no caso da Educação Profissional de nível técnico, há necessidade de revalidação do diploma obtido no exterior por parte de uma escola que ofereça a habilitação profissional na área, devidamente autorizada pelo órgão próprio do respectivo sistema de ensino e inserida no Cadastro Nacional de curso de nível técnico, mantido e divulgado pelo Ministério da Educação.

Período letivo e duração de aula

A duração do período letivo será estabelecida considerando-se a legislação vigente e o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. A carga horária das disciplinas será estabelecida considerando deliberações do NDB e matriz curricular integrada (unificada pela Reitoria em 2016) do Instituto Federal Catarinense para o curso técnico em segurança do trabalho.

Controle de frequência

O controle de frequência segue o disposto no capítulo VII da Resolução 084/2014, exposto no artigo 32, além das normativas internas aprovadas pelo CONCAMPUS.

Art. 32. A frequência mínima exigida para aprovação será de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas do período letivo para os cursos integrados. É prevista nesta Resolução a responsabilidade dos docentes no repasse do registro de frequências e faltas dos estudantes ao setor competente, conforme a estrutura do Campus.

O processo de avaliação do ensino-aprendizagem segue os preceitos descritos no capítulo XVI da Resolução 084/2014 que trata da organização didática dos cursos técnicos de nível médios do IFC. Destaca-se que a frequência mínima dos cursos subsequentes é 75% por cada disciplina.

Da aprovação e Reprovação

Para fins de registro no Diário de Classe, os diversos instrumentos de avaliação deverão ser quantificados, originando, no mínimo, 03 (Três) notas parciais (NP) por

componente curricular, em cada semestre letivo, expressas em valor numérico de 0 (zero) a 10 (dez), com uma casa decimal.

A média semestral (MS) corresponde à média aritmética simples ou ponderada, resultante das diversas notas parciais do componente curricular, sendo que o professor tem autonomia para atribuir pesos diferentes às avaliações realizadas, desde que expressas no Plano de Ensino.

Considera-se **aprovado** o aluno que:

- Obter média semestral (MS) igual ou superior a 7,0 (sete inteiros) em cada componente curricular e frequência superior a 75% (setenta e cinco por cento), por disciplina.
- Obter frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina e Média Semestral (MS) inferior a 7,0 (sete inteiros), prestar Exame Final (EF), e obter Média Final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco inteiros), resultante da seguinte fórmula:

Será considerado reprovado o aluno que:

- Obter frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina.
- Obter frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e, após o exame final não alcançar média final igual ou superior a 5,0 (cinco inteiros). Exames não conta como frequência.
- Não comparecer ao Exame Final, exceto em casos excepcionais, conforme regulamentação.

Da Reoferta de Disciplinas

O aluno que reprovar em qualquer das disciplinas nas quais ele se matriculou em um determinado semestre do curso, deve refazê-las conforme uma das seguintes opções:

- Matricular-se no componente curricular reprovado, ofertado no curso subsequente correspondente na mesma instituição e solicitar reaproveitamento;
- Matricular-se no componente curricular reprovado em semestre posterior no ano seguinte no mesmo curso subsequente;
- Matricular-se no componente curricular reprovado em regime de reoferta quando oferecida pela instituição.

Para o regime de reoferta (item IV) do componente curricular fica obrigatório o cumprimento de 100% da carga horária total do componente curricular de forma presencial salvo em determinação da Reitoria ou do Ministério da Educação (MEC). Caso o aluno opte por cursar uma das outras opções (item I, II e III) cuja carga horária e conteúdos sejam compatíveis, é permitido o aproveitamento da disciplina desde que aprovado pelo NDB.

O componente curricular oferecido em regime especial deverá seguir todos os critérios estabelecidos para os componentes oferecidos em regime regular.

VERIFICAÇÃO DOS PLANOS DE ENSINO

De acordo com a Resolução CONSUPER n.º 084/2014, artigo 25, do capítulo V, os planos de ensino das disciplinas devem estar em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso. Tal verificação é anualmente feita pelos professores, pela coordenação do curso, pelo Núcleo Pedagógico e pelo Núcleo Docente Básico em época prevista no calendário escolar. Todos os planos devem ser rubricados, assinados e datados pelo professor e coordenação de curso, conforme transcorrem as revisões. No caso de aprovação pelo NDB do Curso, eles são encaminhados ao órgão competente. Em caso de rejeição, são devolvidos ao docente para que este promova os ajustes necessários até uma data limite definida pela coordenação do

curso. É de responsabilidade do docente primar pela concordância do seu plano com as diretrizes definidas no PPC.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

De acordo com as normativas vigentes para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e subsequentes, não há um sistema oficial de avaliação externa como acontece nos cursos superiores. Neste sentido, o Curso Técnico em Segurança do Trabalho do IFC - Campus Videira tem sua avaliação de curso realizada anualmente por comissão competente instituída pela direção, a qual discute e avalia todas as questões relacionadas ao curso. Ainda poderão ser elaborados e aplicados instrumentos de avaliação interna aos alunos visando acolher a percepção dos discentes em relação ao andamento do curso.

☐ TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)

O Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente em Segurança do Trabalho não prevê a realização de trabalho de conclusão de curso.

☐ ESTÁGIO CURRICULAR

O Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente em Segurança do Trabalho prevê obrigatoriedade de estágio curricular. Ao aluno é obrigatória a realização de 200 horas de estágio curricular sendo requisito para aprovação e obtenção de diploma. O estágio curricular obrigatório é regido pela Lei 11.788 de 25/09/2008, regulamentado pela resolução Nº 17/CONSUPER 2013 e operacionalizado conforme regulamento interno de estágio do Campus.

Ao final de suas atividades de estágio em uma determinada empresa, instituição pública ou instituições do terceiro setor, o aluno deverá elaborar e entregar um relatório contendo as fundamentações teóricas e técnicas desenvolvidas durante esse período, inclusive os aspectos históricos, técnicos e as relações interpessoais observadas e vivenciadas. O destaque que é dado a esses aspectos finais contribuirá

para a formação de um técnico com visão mais ampla de seu papel social, crítico e com capacidade de intervenção criativa no processo produtivo.

LINHAS DE PESQUISA

Iniciação Científica

A atividade de iniciação científica tem por objetivo contribuir para formação e qualificação profissionais, desenvolvendo habilidades investigativas e de construção do conhecimento. No curso de Informática do IFC – Campus Videira, o foco da atividade de iniciação científica é a pesquisa aplicada, nesta atividade os resultados são voltados à solução de problemas práticos.

As atividades de iniciação científica poderão ocorrer de três possibilidades.

- O aluno é voluntário e não recebe remuneração, as regras que norteiam esta atividade de pesquisa são regulamentadas pela coordenação de pesquisa do Campus.
- O aluno recebe bolsa interna do IFC ou de empresa privada, sendo esta atividade regulamentada pelo Regulamento de Iniciação Científica do Instituto Federal Catarinense e edital próprio.
- O aluno pode receber bolsa de entidade de fomento e deve seguir as regras da entidade.

AÇÕES DE EXTENSÃO

A atividade de extensão tem por objetivo contribuir para formação e qualificação profissionais, desenvolvendo habilidades práticas para a aplicação do conhecimento. No curso de Segurança do Trabalho do IFC – Campus Videira, o foco da atividade é o conhecimento aplicado em prol da resolução de uma problemática local e/ou regional. Esta prática não versa a complexidade de soluções, mas bem, a análise e contextualização do problema e suas soluções plurais, visando dentre estas, escolher aquela mais adequada para a situação. Desta forma o aluno desenvolve o senso crítico da formulação de uma solução que nem sempre é a ideal, contudo é a necessária para sua superação.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Monitoria

Os docentes poderão apresentar propostas de monitoria, com número de vagas e horas necessárias. As atividades de Monitoria serão definidas e normatizadas pelo IFC Campus Videira (Resolução 043/2013).

Outras atividades

Além das atividades previstas na matriz curricular, poderão ser realizadas outras atividades como visitas técnicas, exposições, eventos ou feiras da área técnica, afins e ou culturais. As atividades de extensão, de monitoria ou de iniciação científica, desenvolvidas pelo estudante, poderão ser equiparadas ao estágio após avaliação do seu trabalho por uma banca examinadora composta por três professores. Estas atividades seguirão a Resolução 043/2013.

Empreendedorismo e inovação

O empreendedorismo e inovação são estimulados através de aulas especiais com apresentação de cases de sucesso de empresas, vídeos, etc. e ainda via visitas técnicas a empresas, palestras, etc.

DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE

A listagem do corpo docente e a formação acadêmica correspondente às especialidades de cada professor são detalhadas no Apêndice III deste documento.

DESCRIÇÃO DA EQUIPE DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

A relação nominal da equipe de técnicos administrativos, suas funções, bem como a respectiva formação acadêmica são descritos no Apêndice IV deste documento.

DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

- O Instituto Federal Catarinense, Campus Videira, conta com uma moderna estrutura para a execução do curso subsequente de Segurança do Trabalho, descritas a seguir:
- Bloco Pedagógico**
- Recepção;
- Oito gabinetes para professores;
- Sala de acessória da coordenação geral de ensino;
- Sala da coordenação geral de ensino;
- Duas salas de reuniões;
- Sala de convivência;

- Três banheiros; e
- Salas das coordenações de cursos.
- Bloco Administrativo**
- Recepção;
- Sala da direção;
- Sala da direção do departamento de educação;
- Coordenação especial de comunicação;
- Departamento de recursos humanos;
- Departamentos de infraestrutura e transporte;
- Departamento de administração e finanças;
- Departamento de compras e contratos;
- Sala de reuniões e videoconferência; e
- Setor de tecnologia da informação.
- Bloco de sala de aulas**
- Coordenação de Assistência ao Estudante;
- Laboratório de Segurança do Trabalho;
- Brinquedoteca – Curso de Pedagogia;
- Laboratório de Hardware;
- Núcleo Pedagógico - NUPE;
- Miniauditório;
- Sala de reuniões;

- Setor de extensão;
- Setor de pesquisa;
- Copa;
- Reprografia;
- Dez banheiros com acessibilidade;
- Um elevador;
- Área de convivência;
- Laboratório de Desenho;
- 20 salas de aula, cada uma com ar-condicionado, lousa e data-show.
- Demais infraestruturas**
- Biblioteca (630 m²)
- Auditório (520 m²)
- Ginásio poliesportivo (1.592,50 m²)
- Refeitório (506,87 m², divididos em cozinhas, carga e descarga de alimentos e resíduos e praça de alimentação);
- Cantina (298,84²);
- Lago com aproximadamente 9000 m² de espelho d'água.

Instalações e Recursos Pedagógicos Necessários

Para a realização deste curso, a instituição disponibiliza salas de aula com quarenta conjuntos de carteiras e cadeiras, quadro branco, aparelho de projeção e condicionador de ar em cada uma, para as aulas teóricas. Há disponibilidade de 06 (seis) laboratórios de informática, sendo quatro deles com 20 computadores e dois deles contendo 40 computadores para as aulas práticas. Um deles é uma sala com bancadas, armários e peças de computadores.

DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Todos os Diplomas, Certificados, Históricos Escolares e demais documentos relacionados à vida escolar dos estudantes do IFC Campus Videira serão emitidos pela Coordenação de Registros Acadêmicos e deverão explicitar o título da formação certificada.

Terá direito ao recebimento de Diploma todo estudante que concluir com aproveitamento todos os componentes curriculares do curso Subsequente e realizar o estágio curricular obrigatório dentro do prazo estabelecido, conforme orientações do Projeto Pedagógico de Curso e/ou departamento de estágio.

Para a Colação de Grau e entrega do Diploma deverão ser observadas as datas previstas no Calendário Acadêmico.

Certificados para alunos especiais

Alunos em condições especiais, desde que comprovada esta condição por profissional competente, após lograr êxito em atividades a eles designadas, podem ser certificados como aptos e capazes na realização de determinadas tarefas, desde que sejam verificadas tais capacidades. Cabe ao NDB, NUPE, NAPNE e aos professores que atuam junto a tais alunos aferir seus êxitos e providenciar junto ao órgão competente a emissão dos certificados que retratam a situação dos alunos em condição especial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: Ensaios de Sociologia do Trabalho**. Praxis: 2007, 298 p.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei 11892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências**. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/L11892.htm. Acesso em setembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos - 3ª edição**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 set. 2016.

B BRASIL, Ministério da Educação. **Instituto Federal Catarinense, PDI, Plano de Desenvolvimento Institucional**. Blumenau, 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. **Instituto Federal Catarinense, PPI, Projeto Político Pedagógico Institucional**. Blumenau, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação (org.) **Ensino Médio: Construindo uma Proposta para os que Vivem do Trabalho**. 6ª Ed. São Paulo, Cortez, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências**. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007010/2008/lei/L11892.htm. Acesso em setembro de 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm. Acesso em setembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação Profissional: Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico**. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de**

1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm. Acesso em setembro de 2019.

BRASIL. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em setembro de 2019.

BRASIL. Lei 9.394 de 23 de julho de 2004. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional LDB**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional e tecnológica: legislação básica**. 6.ed. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 39 de 08 de dezembro de 2004**. Aplica o decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Ensino Médio. Disponível em: http://www.idep.ac.gov.br/docs/leg_fed/parecer39_04.pdf. Acesso em setembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução nº 02 de 26 de julho de 1997**. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/ceb0499.pdf>. Acesso em setembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução nº 04/99**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/ceb0499.pdf>. Acesso em setembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto De Educação, Ciência E Tecnologia Catarinense. **Estatuto do Instituto Federal Catarinense**. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, Agosto de 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. **Orientações Didático-Pedagógicas Norteadoras para os Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal Catarinense**. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, Dezembro de 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 04/99**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf. Acesso em 26 de setembro de 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução 02 de 30 de janeiro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em setembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução 06 de 20 de setembro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/> Acesso em setembro de 2019.

KUENZER, A. **Ensino Médio e Profissional: As Políticas do Estado Neoliberal**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

APÊNDICE I

Matriz Curricular

COMPONENTES CURRICULARES PARCIAL		CARGA HORÁRIA	
1º Semestre	Sociologia do Trabalho	60	
1º Semestre	Língua Portuguesa	30	
1º Semestre	Informática Básica	30	
1º Semestre	Introdução à Segurança do Trabalho	30	330
1º Semestre	Gestão Ambiental	30	
1º Semestre	Metodologia do Trabalho Acadêmico	30	
1º Semestre	Segurança do Trabalho I	60	
1º Semestre	Primeiros Socorros	60	
2º Semestre	Higiene do Trabalho I	60	
2º Semestre	Estatística	30	
2º Semestre	Psicologia do Trabalho	30	300
2º Semestre	Legislação	60	
2º Semestre	Desenho Técnico I	30	
2º Semestre	Desenho Técnico II	30	
2º Semestre	Saúde e Políticas Públicas	60	
3º Semestre	Higiene do Trabalho II	60	
3º Semestre	Segurança do Trabalho II	60	
3º Semestre	Prevenção e controle de riscos	60	300
3º Semestre	Direito Trabalhista e Previdenciário	60	
3º Semestre	Saúde do Trabalhador	30	
3º Semestre	Processos de Comunicação I	30	
4º Semestre	Tecnologia e Controle de sinistros	60	
4º Semestre	Tecnologias e Processos de trabalho	60	
4º Semestre	Segurança do Trabalho III	30	330
4º Semestre	Ambientes de Trabalho	60	
4º Semestre	Processos de Comunicação II	30	
4º Semestre	Ergonomia	60	
4º Semestre	Tópicos Especiais	30	
Estágio Supervisionado (horas)			200
Carga horária total das disciplinas do curso (horas)			1260
Carga horária total do curso (horas)			1460

APÊNDICE II

Ementas dos Componentes Curriculares

PRIMEIRO SEMESTRE

LÍNGUA PORTUGUESA

Objetivo

Compreender, interpretar e redigir textos utilizando a norma-padrão da língua portuguesa. Conhecer e utilizar os elementos da comunicação; Distinguir tipos e gêneros textuais; Praticar a oratória; Identificar norma-padrão x linguagem coloquial; Identificar variações linguísticas e utilizá-las de forma adequada; Produzir resumos, resenhas e outros gêneros textuais necessários ao meio acadêmico e ao mercado de trabalho, com atenção ao bom uso da Língua Portuguesa.

Ementa

Análise e interpretação de texto, leitura e redação. Elementos da comunicação, gêneros e tipos textuais. Aspectos gramaticais relevantes: acentuação, pontuação, concordância nominal e verbal, coerência e coesão. Língua padrão e variação linguística. Adequação linguística e os desafios da comunicação no mundo do trabalho. Oratória e apresentação de slides. Produção de textos acadêmicos: resumos, resenhas e relatórios.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental; Educação para o Trânsito e Educação Alimentar e Nutricional.

Referências

Básica:

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto: leitura e redação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2010. 432 p. (Ática universidade).

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011. 216 p. ISBN 9788572443272 (broch.).

VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e textualidade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. vii, 133 p. (Texto e linguagem).

Complementar:

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália:** novela sociolinguística. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 219 p.

BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa.** 2. ed. ampl. e atual. pelo novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. 707 p.

BIANCHETTI, Lucidio; MACHADO, Ana Maria Netto. **A bússola do escrever:** desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. 2. ed. Florianópolis: São Paulo: 2006. Ed. da UFSC, 408 p.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário de dificuldades da língua portuguesa.** 3. ed. Rio de Janeiro: lexikon., 2009. 43p.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual.** 18.ed. São Paulo: Contexto, 2011. 118p.

PRIMEIRO SEMESTRE

INFORMÁTICA BÁSICA

Objetivo

Levar o aluno a compreender os conceitos básicos sobre Informática tendo a consciência da importância da informática na Segurança do Trabalho.

Ementa

Conceitos Básicos de Informática. Sistemas Operacionais. Principais Aplicativos para edição de textos, planilhas de cálculo e apresentações multimídia. Noções de Internet e correio eletrônico.
Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental.

Referências

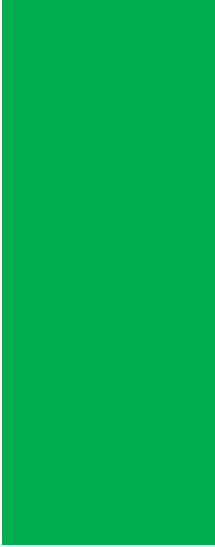
Básica:

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática. São Paulo (SP): Pearson Prentice Hall, 8ª ed., xv, 2004. 350 p.

OLIVEIRA, R. S. de; CARISSIMI, A. da S.; TOSCANI, S. S. Sistemas operacionais. Porto Alegre: Instituto de Informática da UFRGS, 2001. 233 p.

VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. Rio de Janeiro (RJ): Elsevier, 6ª ed. rev. e atual., 2003. 369 p.

Complementar:



BENYON, David. Interação humano-computador. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2011. xx, 442 p.

CAIÇARA JUNIOR, Cícero. Informática, internet e aplicativos. Curitiba: Ibpex, 2007. 267 p.

FEDELI, Ricardo Daniel; POLLONI, Enrico Giulio Franco; PERES, Fernando Eduardo. Introdução à ciência da computação. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. xvi, 250 p.

MIYAGUSKU, Renata Hiromi. 300 dicas do Office 2007. São Paulo: Digerati, 2007. 112 p.

REHDER, Wellington da Silva; OLIVEIRA, Karina de. OpenOffice.org Calc: guia prático. São Paulo (SP): Viena, 2004. 140 p.

PRIMEIRO SEMESTRE

INTRODUÇÃO À SEGURANÇA DO TRABALHO

Objetivo

Levar o aluno a entender o histórico da Segurança do Trabalho e compreender os conceitos básicos sobre Segurança do Trabalho.

Ementa

Noções sobre o funcionamento do curso. Perfil do técnico em segurança do trabalho. Mercado de trabalho e atuação profissional. Definições de termos utilizados na área de segurança do trabalho. Evolução da segurança do trabalho.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental e Educação para o Trânsito.

Referências

Básica:

BARBOSA FILHO, A. N. **Segurança do trabalho & gestão ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. xviii, 314 p.

BRASIL. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>>.

BRASIL. Portaria 3.275 de 21/09/1989 que define atribuições do Técnico em Segurança do Trabalho. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812C12AA70012C13BA879A7EFC/p_19890921_3275.pdf>.

RAMAZZINI, B. As doenças dos trabalhadores. Tradução: Raimundo Estrêla. - 3ª ed. São Paulo: Fundacentro, 2000. 325p. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/publicacao/detalhe/2016/6/as-doencas-dos-trabalhadores>>

ROJAS. P. **Técnico em Segurança do Trabalho**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Complementar:

LLORY, M; MONTMAYEUL, R. **O acidente e a organização**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2014. 192 p. (Série Confiabilidade Humana).

BREVIOLIERO, E.; POSSEBON, J.; SPINELLI, R. **Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos**. 6. ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2011. 448 p.

SALIBA, T. M.; SALIBA, S. C. R. **Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2009. 720 p.

RBSO. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/rbso/a-revista>>.

Revista Proteção. Disponível em: <http://www.protecao.com.br/videos/jornada_aborda_relacao_entre_transtornos_mentais_e_ambiente_de_trabalho/AJjA5>.

PRIMEIRO SEMESTRE

SOCIOLOGIA DO TRABALHO

Objetivo

Apresentar o debate atual sobre as transformações no mundo do trabalho, tendo como ponto de partida a análise conceitual e teórica da categoria trabalho realizada pelos autores clássicos da sociologia, investigando temas atuais e cruciais do ponto de vista da construção da cidadania e de uma sociedade democrática.

Ementa

Concepções clássicas e contemporâneas da sociologia do trabalho. Trabalho e produção. Forças produtivas e relações de poder. Globalização e as transformações no mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e mercado de trabalho. Organização dos trabalhadores.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; Educação Ambiental; Educação para o Trânsito e Educação Alimentar e Nutricional.

Referências

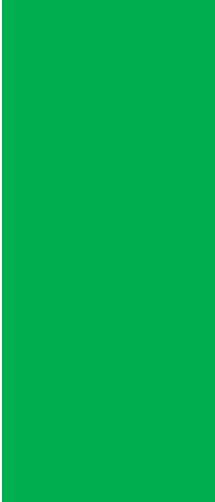
Básica:

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, Editora da UNICAMP, 2006.

DEL PRIORE, Mary (org.), PINSKY, Carla B. **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

JINKINGS, N. Novas e velhas determinações da dominação capitalista no trabalho. In: Bernardete Aued. (Org.). **Traços do trabalho coletivo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

Complementar:



COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997. 307 p.10

BERGER, Peter. **Perspectivas Sociológicas: Uma Visão Humanística**. Petrópolis: Vozes, 2004. BRESSAN, Suimar (Org.). **Introdução à Teoria da Sociedade e do Estado**. Ijuí: Livraria Unijuí, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

PIERUCCI, Antônio F. **Ciladas da Diferença**. 3. ed. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP/ Editora 34, 2013.

PRIMEIRO SEMESTRE

PRIMEIROS SOCORROS

Objetivo

Levar o educando a ser capaz de reconhecer as urgências e emergências no atendimento pré-hospitalar básico, identificando o atendimento mais adequado nas situações de risco.

Ementa

O Serviço de Emergências Médicas. Anatomia e Fisiologia Humana. Avaliação da Cena de Urgência\Emergência. Biossegurança. Abordagem Primária da Vítima. Manejo de Vias Aéreas: desobstrução e reanimação respiratória. Oxigenoterapia. Reanimação Cardiopulmonar: desfibrilação externa automática (AED/DEA). Estado de Choque. Hemorragias. Trauma: luxação, entorses, fraturas e imobilização. Ferimentos em Tecidos Moles. Queimaduras. Emergências Clínicas: cardiovasculares e respiratórias. Intoxicação. Remoção de Vítimas: manipulação e transporte de vítimas. Emergências Especiais: vítimas pediátricas, idosas e gestantes. Animais peçonhentos.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; Educação para o Trânsito.

Referências

Básica

FERNANDES, Almesinda Martins de O; PINHEIRO, Ana Karla da Silva. **Tecnologia de prevenção e primeiros socorros ao trabalhador acidentado**. Goiânia: AB, 2007. xv, 196 p. (Saúde e segurança do trabalhador; v. 6).

SENAC Departamento Nacional; SILVEIRA, José Marcio da Silva; BARTMANN, Mercilda; BRUNO, Paulo. **Primeiros socorros: como agir**

em situações de emergência. 3. ed. rev.atual. São Paulo: Ed. SENAC, 2014. 139 p.

SOUSA, Lucila Medeiros Minichello de. **Primeiros socorros: condutas técnicas**. 1.ed. São Paulo: látria, 2010. 176 p.

Complementar

FERNANDES, Almesinda Martins de O; SILVA, Michelle Cristina da; OLIVEIRA, Sharleny Domitildes de. **Gestão de saúde, biossegurança e nutrição do trabalhador**. Goiânia: AB, 2006. 254 p.

HESS, Cathy Thomas. **Tratamento de feridas e Úlceras**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Reichmann & Affonso Editores, 2002. ix, 85p.

MINOZZO, Edson Leandro; ÁVILA, Ednaildes Pereira. **Escola segura: prevenção e primeiros socorros**. Porto Alegre: AGE, 2006. 123 p.

PARIZZI, Adelvino. **Anatomia humana básica**. 2. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005. 246 p.

PINHEIRO, Ana Karla da Silva; FRANÇA, Maria Beatriz Araújo. **Ergonomia aplicada à anatomia e à fisiologia do trabalhador**. Goiânia: AB, 2006. xix, 165 p. (Coleção saúde e segurança do trabalhador).

PRIMEIRO SEMESTRE

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

Objetivo

Conduzir o aluno ao uso da metodologia científica como instrumento de busca, análise, escolha de métodos e escrita do conhecimento.

Ementa

Formas de conhecimentos. O conhecimento científico: características e importância. Processos de estudos: seleção de material e fichamentos. Trabalhos acadêmicos: tipologia, características. Normas técnicas: citações, referências, aspectos fundamentais da formatação de trabalhos acadêmicos. Seminários.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental e Educação Alimentar e Nutricional.

Referências

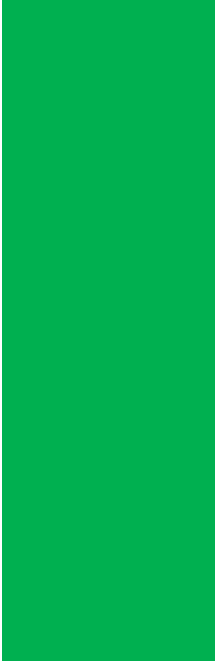
Básica:

ACEVEDO, Cláudia Rosa. **Como fazer monografias:** tcc, dissertações, teses. 4 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2013. 254 p.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica:** um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2007. 300 p. I85-224-3905-2.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p. ISBN 8522458233 (broch.).

Complementar:



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação - citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro (RJ): ABNT, 2002. 7p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação –trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro (RJ): ABNT, 2011. 11p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro (RJ): ABNT, 2002. 24p.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo (SP): Pearson, 2010. 162 p.
LUCKMANN, Luiz Carlos; ROVER, Ardinete; VARGAS, Marisa. **Diretrizes para elaboração de trabalhos científicos**: apresentação, elaboração de citações e referências de trabalhos científicos. 4. ed. Joaçaba: Unoesc, 2010. 104 p. ISBN 9788587089724.

PRIMEIRO SEMESTRE

GESTÃO AMBIENTAL

Objetivo

Instrumentalizar o educando com conceitos sobre desenvolvimento sustentável para que ele possa compreender a leitura da legislação ambiental.

Ementa

Sistemas de Gestão Ambiental. Sistema de Gestão Integrada. Sistema de Controle Operacional. Legislação Ambiental Aplicada. Política Nacional do Meio Ambiente. Administração e Planejamento Ambiental. Diretrizes Internacionais de Meio Ambiente. Tratamento de água e fluentes. NR 25- Resíduos industriais.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental.

Referências

Básica:

PHILIPPI, Arlindo Jr.; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. Curso de Gestão Ambiental. Barueri, SP: Manole, 2004.

SÁNCHEZ, Luís Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 495p.

VEIGA, José Eli da. **Meio ambiente & desenvolvimento**. 4. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2012. 182 p.

Complementar:

BRANCO, S. M. **O meio ambiente em debate**. 3.ed.rev. e amp. São Paulo: Moderna, 2004.

_____. **Energia e meio ambiente**. 2 ed. reform. São Paulo. Moderna, 2004.

GOLMBERG, J. **População e Ambiente: desafios à sustentabilidade**. São Paulo: Blucher, 2010.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2011.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PRIMEIRO SEMESTRE

SEGURANÇA DO TRABALHO I

Objetivo

Transmitir ao educando as bases de compreensão da segurança do trabalho levando em consideração a integridade física e mental do ser humano para que ele possa assumir atitudes preventivistas em sua atuação profissional.

Ementa

Riscos Ambientais: físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes. Mapas de Riscos. Cores na sinalização de segurança - NR 26. NR 10 - Segurança do Trabalho com Eletricidade: riscos associados a atividades com eletricidade; medidas de controle dos riscos em atividades com eletricidade. Ordem de Serviço – NR 01. Preenchimento do PPP e comparativo entre NR 15 e anexo IV do regulamento da previdência social. Normas regulamentadoras: NR 02, NR 03 e NR 04.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental e Educação para o Trânsito.

Referências

Básica:

REVIGLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINELLI, Robson. **Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos**. 5. ed. São Paulo.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de Higiene Ocupacional e PPRA: a avaliação e controle dos riscos ambientais**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2015. 375 p.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de avaliação e controle de vibração: PPRA**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2014. 112 p.

Complementar:

BRASIL. **Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.** Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>>.

LLORY, M; MONTMAYEUL, R. **O acidente e a organização.** Belo Horizonte: Fabrefactum, 2014. 192 p. (Série Confiabilidade Humana).

RAMAZZINI, B. As doenças dos trabalhadores. Tradução: Raimundo Estrêla. - 3ª ed. São Paulo: Fundacentro, 2000. 325p. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/publicacao/detalhe/2016/6/as-doencas-dos-trabalhadores>>

ROJAS, P. **Técnico em Segurança do Trabalho.** Porto Alegre: Bookman, 2015.

SANTOS, Alcinéia M. dos Anjos. **Introdução à higiene ocupacional.** São Paulo: FUNDACENTRO, 2004. 84 p.

SEGUNDO SEMESTRE

HIGIENE DO TRABALHO I

Objetivo

Levar o aluno a compreender as definições de agentes ambientais e as possíveis interferências na qualidade do ambiente laboral, que são passíveis de monitoramento, para a prevenção de riscos ocupacionais.

Ementa

Introdução à higiene do trabalho. Avaliação e controle de agentes ambientais. Agentes físicos: temperaturas extremas, ruído, pressões anormais, radiações não-ionizantes e ionizantes, vibrações, iluminação. Normas NHO Fundacentro. Insalubridade, Periculosidade, NR 15 e 16. Técnicas e uso de equipamentos. ACGIH e NIOSH. Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental e Educação Alimentar e Nutricional.

Referências

Básica:

BREVIOLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINELLI, Robson. **Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos**. 5. ed. São Paulo.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de Higiene Ocupacional e PPRA: a avaliação e controle dos riscos ambientais**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2015. 375 p.

_____. **Manual prático de avaliação e controle de vibração: PPRA**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2014. 112 p.

Complementar

BRASIL. **Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.** Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>>.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de avaliação e controle de calor: PPRA.** 7. ed. São Paulo: LTr, 2016. 80 p.

_____ **Manual prático de avaliação e controle de vibração: PPRA.** 3. ed. São Paulo: LTr, 2014. 112 p.

_____ **Manual prático de avaliação e controle do ruído: PPRA.** 9. ed. São Paulo: LTr, 2016. 143 p.

SANTOS, Alcinéia M. dos Anjos. **Introdução à higiene ocupacional.** São Paulo: FUNDACENTRO, 2004. 84 p.

SEGUNDO SEMESTRE

DESENHO TÉCNICO I

Objetivo

Mostrar os procedimentos básicos, os elementos principais do desenho técnico e a normatização para execução e interpretação de desenhos técnicos.

Ementa

Introdução ao desenho técnico. Princípios do desenho técnico para execução e interpretação de plantas. Leitura, normas e técnicas do desenho. Caligrafia técnica. Escalas. Simbologia.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação para o Trânsito.

Referências

Básica:

IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção . 2. ed. rev. ampl. São Paulo: E. Blücher, 2005. xvi, 614 p.

MICELI, Maria Teresa; FERREIRA, Patrícia (Autor). Desenho técnico básico. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2008. 143 p.

SCHNEIDER, W. Desenho técnico industrial: introdução dos fundamentos de desenho técnico industrial .[S.l.]: Hemus, 2008. x, 330 p.

SPECK, Henderson Jose; PEIXOTO, Virgílio Vieira. Manual básico de desenho técnico. 7. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. 204 p. (Didática).

Complementar



CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal:** Métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 3ª.ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2012. 283 p.

FRENCH, Thomas Ewing; VIERCK, Charles J. **Desenho técnico e tecnologia gráfica.**8. ed. atual. rev. e ampl. São Paulo: Globo, 2005. 1093 p.

RIBEIRO, Claudia Pimentel Bueno do Valle; PAPAZOGLU, Rosarita Steil. **Desenho técnico para engenharias.** Curitiba: Juruá, 2008. 196 p.

SILVA, Arlindo. **Desenho técnico moderno.**4. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2006. xviii, 475 p

VAN LENGEN, Johan. **Manual do arquiteto descalço.** São Paulo: Empório do Livro, 2009. 707 p.

SEGUNDO SEMESTRE

DESENHO TÉCNICO II

Objetivo

Conhecer processos básicos de CAD (projeto auxiliado por computador) além de executar e ler mapas de risco.

Ementa

Desenhos em 2D com utilização de software CAD. Modelos de projetos simples para confecção de mapas de riscos. Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação para o Trânsito.

Referências

MICELI, Maria Teresa; FERREIRA, Patrícia (Autor). Desenho técnico básico.2. ed. rev. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2008. 143 p.

SCHNEIDER, W. Desenho técnico industrial: introdução dos fundamentos de desenho técnico industrial. [S.I.]: Hemus, 2008. x, 330 p.

SPECK, Henderson Jose; PEIXOTO, Virgílio Vieira. Manual básico de desenho técnico.7. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. 204 p. (Didática).

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal**: Métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas.3.ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2012. 283 p.

FRENCH, Thomas Ewing; VIERCK, Charles J. **Desenho técnico e tecnologia gráfica**.8. ed. atual. rev. e ampl. São Paulo: Globo, 2005. 1093 p.

RIBEIRO, Claudia Pimentel Bueno do Valle; PAPAZOGLU, Rosarita Steil. **Desenho técnico para engenharias**. Curitiba: Juruá, 2008. 196 p.

SILVA, Arlindo. **Desenho técnico moderno**.4. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2006. xviii, 475 p

IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: E. Blücher, 2005. xvi, 614 p.

SEGUNDO SEMESTRE

INTRODUÇÃO À LEGISLAÇÃO

Objetivo

Levar o aluno a compreender os conceitos básicos sobre Legislação trabalhista e administração. Fornecer aos alunos subsídios para que esse seja capaz de identificar e avaliar a legislação aplicável à Segurança do Trabalho.

Ementa

Hierarquia das Leis. Divisão Geral do Direito. Noções gerais sobre Direito e normas jurídicas. Normas pertinentes à segurança do trabalho (Convenções da OIT, CF/88, CLT e regulamentos). Normas e padrões internacionais. Introdução ao Direito Trabalhista: conceituação de empresa – empregado. Responsabilidade civil e criminal. Fundamentos da Administração. Funções Administrativas: Planejamento, Organização, Liderança e Controle. Gestão de Pessoas. Administração do Tempo. Gestão administrativa pública.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação em Direitos Humanos.

Referências

Básica

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do trabalho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. Editora Método, 1349 p. ISBN 9788530962043.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. 19. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2015. 1560 p. ISBN 9788502627512.

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do trabalho esquematizado**. 3. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2015. 750 p. ISBN 9788502627482.

Complementar

BARSANO, Paulo Roberto. **Legislação Aplicada à Segurança do Trabalho**. 1 ed. São Paulo: Érica, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>

BRASIL. **Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943**. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>

LEMES JR., Antônio Barbosa; CHEROBIM, Ana Paula; RIGO, Claudio Miessa. **Administração Financeira - Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional descomplicado**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. Editora Método, 981 p. ISBN 9788530968205.

SEGUNDO SEMESTRE

SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Objetivo

Oferecer ao educando subsídios para realizar uma análise histórica e crítica das políticas de saúde que têm vigorado no país em distintos contextos históricos.

Ementa

Evolução Histórica do Conceito de Saúde e Doença no Contexto da Sociedade. Sistema Único de Saúde. Pacto pela saúde. Condicionantes e Determinantes do Processo Saúde e Doença. Programas de Promoção da Saúde. Políticas públicas de Saúde e Educação. Política Nacional de Promoção de saúde. Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador. RENAST e CEREST (Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador). Saúde Mental. Lei orgânica da saúde. Lei 8.142/1990.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso e Educação Alimentar e Nutricional.

Referências

Básica

MENDES, René (Org.). **Patologia do trabalho**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atheneu, 2007. 1924 p.

MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 478 p.

SEGURANÇA e medicina do trabalho. 65.ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Manuais de legislação atlas).

Complementar

BRASIL. **Código de processo penal e constituição federal**. 49. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009.

BRASIL. **Lei 8.080/ 1990. Lei orgânica da saúde**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>

BRASIL. **Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da trabalhadora**. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html>

BRASIL. **Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST)**. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2728_11_11_2009.html>

FERNANDES, Almesinda Martins de O; SILVA, Michelle Cristina da; OLIVEIRA, Sharleny Domitildes de. **Gestão de saúde, biossegurança e nutrição do trabalhador**. Goiânia: AB, 2006. 254 p.

SEGUNDO SEMESTRE

PSICOLOGIA DO TRABALHO

Objetivo

Levar o aluno a compreender os conceitos básicos da psicologia aplicada à Segurança do Trabalho compreendendo o trabalho humano em todos os seus significados e manifestações, assim buscando uma compreensão do trabalhador, da organização e do ambiente de trabalho.

Ementa

Noções de psicologia aplicada ao trabalho. Os processos de comunicação no trabalho. Relacionamento interpessoal e Equipes de trabalho. Estresse e qualidade de vida no trabalho. Saúde mental e trabalho.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Referências

Básica

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho.** São Paulo: Cortez. 1987.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Complementar

BUSCHINELLI, J.T.; ROCHA, L.; RIGOTTO, R. (Orgs.) **Isto é trabalho de gente?** Petrópolis: Vozes, 1994.

COUTINHO, M. C. Sentidos do trabalho contemporâneo: As trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 12(2), 189-202. 2009.

JACQUES, M. Das G.; CODO, W. **Saúde mental e trabalho: leituras.** Petrópolis: Vozes, 2002.

JACQUES, M. da G.; JACQUES, C.C. Acidente de Trabalho e Implicações Psicossociais: Uma discussão introdutória. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. V.3. n. 2. São João del-Rei, mar.2009. p. 141-149. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/Jacques_e_Jacques.pdf

OLIVEIRA, F. (). A persistência da noção de ato inseguro e a construção da culpa: os discursos sobre os acidentes de trabalho em uma indústria metalúrgica. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, 32 (115), 19-27. 2007.

SEGUNDO SEMESTRE

ESTATÍSTICA

Objetivo

Ampliar o conhecimento matemático, aplicando-o na resolução de situações problemas.

Ementa

A natureza dos métodos estatísticos. Descrição dos dados de amostras. Estudos das probabilidades. Distribuição teórica de frequência e taxas. Amostragem e Estimativa. Correlação. Regressão. Representações gráficas. A distribuição do QUI-quadrado. Gravidade em saúde e de Segurança do Trabalho. Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação para o Trânsito e Educação Alimentar e Nutricional.

Referências

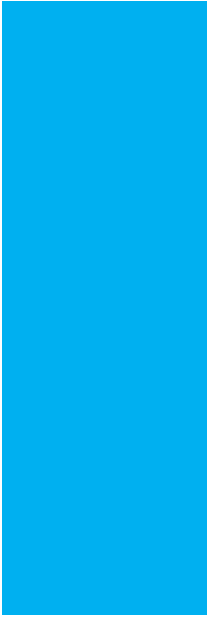
Básica

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística fácil**. 19. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática**: contexto e aplicações: volume único: ensino médio. 3. ed. São Paulo: Ática, 2010.

SILVA, Sebastião Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da. **Matemática básica para cursos superiores**. São Paulo: Atlas, c2001.

Complementar



FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIOVANNI, J. R.; BONJORNO, J. R.; GIOVANNI JR, J. R. **Matemática Completa**. São Paulo: FTD, 2005.

GONZÁLEZ, Norton. **Estatística básica**. Rio de Janeiro (RJ): Ciência Moderna, 2008.

IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; DEGENSZAJN, David; PÉRIGO, Roberto; ALMEIDA, Nilze de. **Matemática: Ciências e Aplicações**. São Paulo: Saraiva, 2010.

NAZARETH, Helenalda Resende de Souza. **Curso básico de estatística**. Editora(s) Ática, 1999.

TERCEIRO SEMESTRE

HIGIENE DO TRABALHO II

Objetivo

Levar o aluno a compreender as definições sobre agentes ambientais que interferem na qualidade do ambiente laboral que são passíveis de monitoramento para a prevenção de riscos ocupacionais.

Ementa

Agentes químicos: gases, vapores orgânicos e inorgânicos, névoas, neblinas, aerodispersóides, poeiras, fumos, fumaça metálica. Agentes biológicos: vírus, bactérias, fungos, entre outros. Limites de tolerância. Insalubridade. Estudo e interpretação NR-15. ACGIH e NIOSH. Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental e Educação Alimentar e Nutricional.

Referências

Básica:

BRAVIGLIERO, E.; POSSEBON, J.; SPINELLI, R. **Higiene Ocupacional, agentes biológicos, químicos e físicos**. 7ª ed. São Paulo: Ed Senac São Paulo, 2014.

CORRÊA, M. A. C.; SALIBA, T. M. **Manual prático de avaliação e controle de gases e vapores: PPRA**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2014. 152 p.

SALIBA, T. M. **Manual prático de avaliação e controle de poeira e outros particulados: PPRA**. 8. ed. São Paulo: LTr, 2016. 128 p.

Complementar:



FALZON, P. (Ed.) **Ergonomia**. São Paulo: Editora Blucher, 2007.

NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-15 - Atividades e Operações Insalubres.

SALIBA, T. M. **Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos**. 11ªed. São Paulo: Ltr, 2012.

SANTOS, A. M. dos A. **Introdução à higiene ocupacional**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2004. 84 p.

SZABÓ JÚNIOR, A. M. **Manual de segurança, higiene e medicina do trabalho**. São Paulo: Rideel, 2012.

VIEIRA SOBRINHO, F. **Ventilação local exaustora em galvanoplastia**. 2. ed. São Paulo: FUNDACENTRO, 2002. 85 p

TERCEIRO SEMESTRE

PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO I

Objetivo

Levar o aluno a compreender a importância do uso correto do português na sua profissão possibilitando conhecimentos para um agir mais profissional, seja qual for o meio pelo qual ele se comunica.

Ementa

Elementos da comunicação. Filtros da comunicação/feedback. Tipos de Comunicação e Funções da Comunicação. Barreiras à comunicação humana devido à linguagem e à personalidade. Oratória Moderna. Técnicas de oratória. Comunicação e relacionamento humano e profissional. Prática de oratória.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; Educação para o Trânsito.

Referências

Básica:

FALZON, P. (Ed.) **Ergonomia**. São Paulo: Editora Blucher, 2007.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. 158 p.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 2011.

ROJAS, P. **Técnico em Segurança do Trabalho**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

PAOLESCHI, B. **CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes: guia prático de segurança do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2009. 128 p.

Complementar:

BLIKSTEIN, I. **Como falar em público: técnicas e habilidades de comunicação para apresentações**. São Paulo, SP: Ática, 2006.

FREIRE, A. M. A. (Org). **A Pedagogia da libertação em Paulo Freire**. São Paulo, SP: UNESP, 2001. 330 p. (Série Paulo Freire)

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra;1996.

_____. **Extensão ou comunicação?**15.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 131 p.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2010.

MALGLAIVE, G. **Ensinar adultos**. Porto: Porto Editora, 1995. 271p.

TERCEIRO SEMESTRE

SEGURANÇA DO TRABALHO II

Objetivo

Propiciar o entendimento de sua ação profissional como parte de um quadro geral de múltiplas atuações, onde o foco contínuo é a saúde e a segurança dos trabalhadores nos mais diversos segmentos dos processos produtivos.

Ementa

Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – NR-09. Segurança no transporte, movimentação, armazenamento e manuseio de materiais NR-11. Caldeiras e vasos de pressão NR-13. Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho NR-24. Fiscalização e penalidades NR-28. Investigar, analisar e relatar causas e consequências do acidente no ambiente de trabalho, CAT. Normas Regulamentadoras NR-06, NR-08, NR-11, NR-12, NR19, NR-20, NR-21, NR-24, NR-26, NR-28. Ventilação industrial.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental e Educação para o Trânsito.

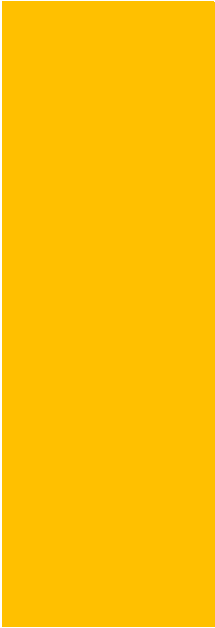
Referências

ARAÚJO JUNIOR, Francisco Milton. **Doença ocupacional e acidente de trabalho**: análise multidisciplinar. 2. ed. São Paulo: LTr, 2013. 237 p.

LLORY, Michel; MONTMAYEUL, René. **O acidente e a organização**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2014. 192 p. (Série Confiabilidade Humana).

MONTEIRO, Antônio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas .7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 478 p.

SCALDELAI, Aparecida Valdinéia et al. **Manual prático de saúde e segurança do trabalho**.2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Yendis, 2012. xxx, 433 p.



BERNARDO, Márcia Hespanhol. **Trabalho duro, discurso flexível:** uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores . São Paulo: Expressão Popular, 2009. 192 p.

BOTELHO, Manoel Henrique Campos; BIFANO, Hercules Marcello. **Operação de caldeiras:** gerenciamento, controle e manutenção. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2015. 208p.

DANIELLOU, François; SIMARD. MARCEL; BOISSIÈRES, Ivan. **Fatores humanos e organizacionais da segurança industrial:** um estado da arte França: Foncsi, 2009. 117 p. (Les Cahiers de La Sécurité Industrielle 2013-07).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. BRASIL. **Prevenção de acidentes industriais maiores:** um código de práticas da OIT. São Paulo: FUNDACENTRO, 2002. 119 p.

TERCEIRO SEMESTRE

SAÚDE DO TRABALHADOR

Objetivo

Propiciar uma formação para que o profissional possa participar ativamente dos níveis de observação, reflexão, análise e discussão com base teórica dos aspectos de fisiologia e patologias desencadeadas por atividades profissionais, bem como, suas formas de prevenção e controle.

Ementa

Toxicologia Industrial. Procedimentos em toxicômanos. Doenças do trabalho. Patologias do Trabalho: físico, químico, biológico e ergonômico. Epidemiologia geral. Recuperação do acidentado: reabilitação profissional. Estudo e interpretação da NR-07. Exames médicos e periódicos. PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Fisiologia do Trabalho. Conhecer a Lei de Biossegurança. Patologias do Trabalho. Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Referências

Básica:

MENDES, René (Org.). **Patologia do trabalho**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atheneu, 2007. 1924 p.

SCALDELA, Aparecida Valdinéia et al. **Manual prático de saúde e segurança do trabalho**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Yendis, 2012., 433 p.

Segurança e medicina do trabalho. 65.ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Manuais de legislação atlas).

Complementar

ARCURI, Arline Sydneia Abel; CARDOSO, Luiza M. N (Coord.). **Acordo e legislação sobre o benzeno: 10 anos.** São Paulo:

BRASIL. **Caderno de Atenção Básica número 5 – Saúde do Trabalhador.** Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_12.pdf>

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Segurança e saúde no trabalho: cidadania, competitividade e produtividade.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. x, 195 p.

FUNDACENTRO, 2005. 135 p. BREVIGLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINELLI, Robson. **Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos.** 6. ed. São Paulo: Ed. SENAC. São Paulo, 2011. 448 p.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de higiene ocupacional e PPRA.** 7. ed. São Paulo: LTr, 2015. 375 p.

TERCEIRO SEMESTRE

PREVENÇÃO E CONTROLE DE RISCOS

Objetivo

Fornecer informações básicas sobre o processo de identificação, avaliação e controle de riscos operacionais, visando a preservação da integridade física dos colaboradores, dos equipamentos e do patrimônio das empresas.

Ementa

Antecedentes históricos. Estudos realizados. Teorias de sistemas e subsistemas. Teoria e riscos. Gestão de riscos. Ferramentas e métodos de identificação, análise, avaliação e controle de riscos. Explicação dos termos. Avaliação de perdas num sistema.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental e Educação para o Trânsito.

Referências

Básica

IIDA, Itiro. **Ergonomia**: projeto e produção .2. ed. rev. ampl. São Paulo: E. Blücher, 2005. xvi, 614 p.

LEAL, Paulo. **Descomplicando a segurança do trabalho**: ferramentas para o dia a dia. São Paulo: LTr, 2012. 344 p.

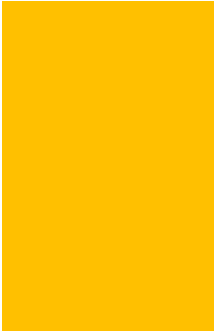
MONTEIRO, Antônio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas .7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 478 p.

Complementar

DANIELLOU, François; SIMARD, MARCEL; BOISSIÈRES, Ivan. **Fatores humanos e organizacionais da segurança industrial**: um estado da arte. França: Foncsi, 2009. 117 p. (Les Cahiers de La Sécurité Industrielle 2013-07).

FALZON, Pierre (Ed.). **Ergonomia**. São Paulo: Blücher, 2007. xxi, 640p.

GARCIA, Julianna Maria Rebouças; CREMONESI, Katharina da Câmara Pinto. **Programas preventivos**: subsídios para análise de



riscos .Goiânia: AB Editora, 2006. 146 p. (Col. Saúde e Segurança do Trabalhador)

Recomendação técnica de procedimentos: escadas, rampas e passarelas: NR 18 - Condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção. São Paulo: FUNDACENTRO, 2005. 59 p.

WISNER, Alain; FUNDACENTRO. **A inteligência no trabalho:** textos selecionados de ergonomia .São Paulo: FUNDACENTRO, 2003. 190 p.

TERCEIRO SEMESTRE

DIREITO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

Objetivo

Levar o aluno a compreender os principais conceitos sobre Legislação Trabalhista e Previdenciária. Despertar no aluno o interesse sobre a importância da Legislação trabalhista e Previdenciária na Segurança do Trabalho. Compreender dispositivos legislativos relevantes ao profissional de Segurança do Trabalho.

Ementa

Fundamentos do Direito do Trabalho. A jornada do trabalho e seus reflexos legais e trabalhistas. Relação de Trabalho. Contrato individual de trabalho: generalidades, duração, espécies, alteração, rescisão, aviso prévio, estabilidade. Proteção do trabalho da mulher e do menor. Seguridade e previdência e social: histórico, noções, generalidades e conceitos. Segurados. Benefícios previdenciários. Direitos e deveres do profissional de Segurança do Trabalho; Legalidade do SESMT. Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação em Direitos Humanos.

Referências

Básica

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do trabalho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. Editora Método, 1349 p. ISBN 9788530962043.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. 19. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2015. 1560 p. ISBN 9788502627512.


SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito previdenciário esquematizado**. 6. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2016. 806 p. ISBN 9788547201906.

Complementar

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943**. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>.

BRASIL. **Lei n. 8.213/1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível



em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 05 set. 2016.

CARRION, Valentin. **Comentários a consolidação das leis do trabalho**: legislação complementar, jurisprudência. 35. ed. atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 1322 p. ISBN 9788502081529.

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do trabalho esquematizado**. 3. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2015. 750 p. ISBN 9788502627482.

QUARTO SEMESTRE

PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO II

Objetivo

Levar o aluno a compreender a importância do uso correto do português na sua profissão possibilitando conhecimentos para um agir mais profissional, seja qual for o meio pelo qual ele se comunica.

Ementa

Planejamento e projeto: etapas e elaboração; objetivos de ensino. Conteúdo. Estratégia ou Procedimento de Ensino. Recursos audiovisuais. Reunião. Técnicas e organização de grupo; Desempenho prático através de uma aula ou palestra, com utilização de recursos didáticos; desenvolvimento de campanhas; técnicas de treinamento.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Processo de Envelhecimento, respeito e valorização do idoso; Educação Ambiental e Educação para o Trânsito.

Referências


Básica:

FERREIRA, GONZAGA. **Redação Científica: como entender e escrever com facilidade**. São Paulo: Atlas, 2011. 155 P.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português instrumental: de acordo com as normas da ABNT**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 560 p.

SILVA, Daniel Nascimento e. **Manual de redação para trabalhos acadêmicos: position paper, ensaios teóricos, artigos científicos e questões discursivas**. São Paulo: Atlas, 2012. 94 p.

Complementar



MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental: para cursos de contabilidade, economia e administração.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 438 p.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 330 p.

PERISSÉ, Gabriel. **Ler, pensar e escrever.** 5. ed., rev., atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011. 91 p.

SARMENTO, Leila Lauer. **Oficina de redação: volume único.** 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. 472 p.

VIANA, Antonio Carlos. **Guia de redação: escreva melhor.** São Paulo: Scipione, 2011. 240 p.

QUARTO SEMESTRE

TECNOLOGIA E CONTROLE DE SINISTROS

Objetivo

Fornecer ao educando subsídios para que esse seja capaz de identificar e avaliar um sistema preventivo bem como os instrumentos para prevenção de sinistros de forma que venha contribuir para segurança dos trabalhadores.

Ementa

Emergências com Produtos Perigosos. Prevenção e Controle de Incêndios. Planos de Emergência. Instrução Prática.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação para o Trânsito.

Referências

Básica:

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. **Normas regulamentadoras comentadas:** legislação de segurança e saúde no trabalho . 7. ed. rev. ampl. atual. e il. Rio de Janeiro: GVC, 2009. 1006 p.

MORAIS, Carlos Roberto Naves. **Perguntas e respostas comentadas em segurança e medicina do trabalho:** incluindo NRs . 3. ed. rev. e ampl. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2008. xxiii, 424 p.

ROJAS, Pablo. **Técnico em segurança do trabalho.** Porto Alegre: Bookman, 2015. xiii, 185 p.

Complementar:

CAMILO JUNIOR, Abel Batista. Manual de prevenção e combate a incêndios. 12. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2012. 240 p

CAMILO JUNIOR, Abel Batista. Manual de prevenção e combate a incêndios. 15.ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2013.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO CORPO DE BOMBEIROS. Disponível em: <<http://www.cbm.sc.gov.br/dat/index.php/instrucoes-normativas-in>>.

SENAC Departamento Nacional; SILVEIRA, José Marcio da Silva; BARTMANN, Mercilda; BRUNO, Paulo. Primeiros socorros: como agir em situações de emergência.

QUARTO SEMESTRE

TECNOLOGIAS E PROCESSOS DE TRABALHO

Objetivo

Levar o aluno a compreender a importância do conhecimento das características das máquinas e equipamentos industriais e a sua relação com a administração das questões relativas à segurança do trabalho.

Ementa

Introdução ao estudo dos processos de produção. Fluxos de produção. Uso, conservação e inspeção de ferramental e equipamentos. Manutenção preventiva e corretiva: corrosão. Tecnologia da indústria química. Segurança em laboratórios químicos. Máquinas e Equipamentos de Transporte. Processo de Trabalho e Produção: na construção civil, em serviços da saúde, em agroindústria, em transporte e logística. Processos de trabalho regionais.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental.

Referências

Básica:

FALZON, Pierre (Ed.). **Ergonomia**. São Paulo: Blücher, 2007. xxi, 640p.

GUÉRIN, François et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Fundação Carlos Alberto Vanzolini: E. Blücher, 2001. xviii, 200 p.

IIDA, Itiro. **Ergonomia: projeto e produção** .2. ed. rev. ampl. São Paulo: E. Blücher, 2005. xvi, 614 p.

VAN LENGEN, Johan. **Manual do arquiteto descalço**. São Paulo: Empório do Livro, 2009. 707 p.

Complementar:

ARAÚJO, Nelma Mirian Chagas de. **Custos da implantação do PCMAT na ponta do lápis.** São Paulo: FUNDACENTRO, 2002. 142 p.

BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. **Segurança do trabalho na construção civil.** São Paulo: Atlas, 2015. 186 p. ISBN 9788522499410.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal: Métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas.**3. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2012. 283 p.

DANIELLOU, François; SIMARD. MARCEL; BOISSIÈRES, Ivan. **Fatores humanos e organizacionais da segurança industrial: um estado da arte.** França: Foncsi, 2009. 117 p. (Les Cahiers de La Sécurité Industrielle 2013-07). ISBN 21003874.

Recomendação técnica de procedimentos: escadas, rampas e passarelas : NR 18 - Condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção. São Paulo: FUNDACENTRO, 2005. 59 p.

SÁ, Annelize Soares de; AVELAR, Cristina Lúcia Fernandes de. **Manual prático da NR 18:** condições e meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção. São Paulo: LTr, 2010. 111 p.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **A vida nas cidades.** ed. São Paulo: Contexto, 2013. 90 p. I

WISNER, Alain; FUNDACENTRO. **A inteligência no trabalho:** textos selecionados de ergonomia. São Paulo: FUNDACENTRO, 2003. 190 p.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura.**6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 286 p. (Mundo da arte)

QUARTO SEMESTRE

AMBIENTES DE TRABALHO

Objetivo

Demonstrar de que forma o ambiente de trabalho pode influenciar nas condições de trabalho.

Ementa

Noções de Urbanismo; Projetos industriais; NR8; NR24; NR26; NR18; Acessibilidade; Atividade rural no Brasil; Agricultura familiar e agroindústria; Da produção agrícola à industrialização; Integração e os riscos no trabalho; Riscos no trabalho rural; NR 31 - e sua aplicação; NR 21 - Trabalho a Céu aberto.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Educação Ambiental, Educação para o Trânsito e Educação Alimentar e Nutricional.

Referências

Básica:

BRASIL. NR 31. Segurança e saúde do trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura.

FALZON, P. (ed). Ergonomia. São Paulo: Blücher, 2007. xxi, 640p

FREITAS, C. M. de; GARCIA, E. G. **Trabalho, saúde e meio ambiente na agricultura**. Rev. bras. saúde ocupacional. São Paulo, v. 37, n. 125, p. 12-16, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572012000100003&lng=en&nrm=iso>

GARCIA, E. G. **Segurança e saúde no trabalho rural: a questão dos agrotóxicos**. São Paulo: Ministério do Trabalho, FUNDACENTRO, 2001. 182 p.

Complementar:

GARCIA, Eduardo Garcia; ALVES FILHO, José Prado. **Aspectos de prevenção e controle de acidentes no trabalho com agrotóxicos**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2005. 51 p.

LIMA, Helen de; GARCIA, Julianna Maria Rebouças; CAPEL, Daniela Zamarioli. **Técnicas e práticas na agroindústria, na construção civil**

e no ambiente hospitalar. Goiânia: AB, 2006. xv, 214 p. (Saúde e segurança do trabalhador.

MANUAL de prevenção de acidentes no uso de ferramentas manuais no meio rural. São Paulo: FUNDACENTRO, 1981.

MOREIRA, Jessica Pronestino de Lima et al. **A saúde dos trabalhadores da atividade rural no Brasil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 31, n. 8, p. 1698-1708, Ago 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2015000801698&lng=en&nrm=iso>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.
Desenvolvimento Rural Através do Trabalho Decente. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_235459.pdf>

PERES, F. **Saúde, trabalho e ambiente no meio rural brasileiro.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 1995-2004, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000600007&lng=pt&nrm=iso>.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade.** Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-122, fev. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100008&lng=en&nrm=iso>.

QUARTO SEMESTRE

SEGURANÇA DO TRABALHO III

Objetivo

Propiciar ao educando o entendimento de sua ação profissional como parte de um quadro geral de múltiplas atuações, onde o foco contínuo é a saúde e a segurança dos trabalhadores nos mais diversos segmentos dos processos produtivos.

Ementa

Segurança e saúde no trabalho: Trabalho Portuário; Aquaviário; Indústria da Construção e Reparação Naval; Construção Civil. Estudo das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho: NR-31; NR-33, NR-34, NR-13, NR-14, NR-05, NR-29, NR-30, NR-35 e NR-36. Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; Educação Ambiental.

Referências

Básica

BRASIL. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>>.

SALIBA, Tuffi Messias. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA. 7. ed. São Paulo: LTr, 2015. 375 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. BRASIL (AUTOR). Prevenção de acidentes a bordo de navios no mar e nos portos: código de práticas da OIT. São Paulo: FUNDACENTRO, 2005.


Complementar

FALZON, Pierre (Ed.). Ergonomia. São Paulo: Blücher, 2007. xxi, 640p

ENGENHARIA de segurança do trabalho na indústria da construção: acessos temporários de madeira: medidas de proteção contra quedas de altura : instalações elétricas temporárias em canteiros de obra . São Paulo: FUNDACENTRO, 2004. 93 p.

SALIBA, Tuffi Messias. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA: avaliação e controle dos riscos ambientais . 3. ed. São Paulo: LTr, 2011.

VIEIRA, Marcelino Fernandes; (Coord.) FUNDACENTRO. Recomendação técnica de procedimentos: medidas de proteção contra quedas de altura, NR 18, condições e meio ambiente do trabalho na



indústria da construção. São Paulo: FUNDACENTRO: Ministério do Trabalho, 2005. 33 p.

QUARTO SEMESTRE

TÓPICOS ESPECIAIS

Objetivo

À definir.

Ementa

Aspectos Modernos em Saúde e Segurança do Trabalho. Inovação e Tecnologia em Saúde e Segurança do Trabalho. Análise de Processos de Trabalhos Especiais. Seminários e Estudos de Caso.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; Educação Ambiental; Educação para o Trânsito e Educação Alimentar e Nutricional.

Referências

Básica

Será definido ano a ano e consignada em plano de ensino.

Complementar

Será definido ano a ano e consignada em plano de ensino.

QUARTO SEMESTRE

ERGONOMIA

Objetivo

Fornecer uma visão geral da Ergonomia, de suas metodologias de intervenção e de seus diferentes campos de atuação.

Ementa

Conceito e evolução da história da ergonomia e seu desenvolvimento. NR17 princípios e objetivos. Ergonomia física, cognitiva e organizacional. Antropometria. Sistema homem máquina, fadiga, trabalho muscular, monotonia e trabalho em turnos. Análise ergonômica em postos de trabalho e projeto ergonômico. Principais métodos utilizados em ergonomia.

Conforme o artigo 10, inciso II da Resolução nº 02/2012/MEC/CEB, os temas transversais contemplados na disciplina são: Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Referências


Básica

ABRAHÃO, Júlia et al. **Introdução à ergonomia**: da prática à teoria. São Paulo: E. Blücher, 2009. 240 p.

FALZON, Pierre (Ed.). **Ergonomia**. São Paulo: Blücher, 2007. xxi, 640p.

IIDA, Itiro. **Ergonomia**: projeto e produção .2. ed. rev. ampl. São Paulo: E. Blücher, 2005. xvi, 614 p.

Complementar



A ERGONOMIA em busca de seus princípios: debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blücher, 2004. 244 p.

CYBIS, Walter; BETIOL, Adriana Holtz; FAUST, Richard. **Ergonomia e usabilidade**: conhecimentos, métodos e aplicações. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Novatec, 2010. 422 p.

GUÉRIN, François et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo**: a prática da ergonomia. São Paulo: Fundação Carlos Alberto Vanzolini: E. Blücher, 2001. xviii, 200 p.

MENDES, René (Org.). **Patologia do trabalho**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atheneu, 2007. 1924 p.

PINHEIRO, Ana Karla da Silva; FRANÇA, Maria Beatriz Araújo. **Ergonomia aplicada à anatomia e à fisiologia do trabalhador**. Goiânia: AB, 2006. xix, 165 p.

APÊNDICE III

Quadro de Professores do Curso de Segurança do Trabalho

Nome: Ana Carolina Vieira Rodriguez	CPF: 162.476.648-00	Regime de Trabalho Dedicção Exclusiva
Formação superior Graduação em Português/Inglês		
Pós-graduação Mestre em letras.		
ana.rodriquez@ifc.edu.br		fone 35334900

Nome: Davi César da Silva	CPF: 801.958.570-20	Regime de Trabalho Dedicção Exclusiva
Formação superior Graduação em Matemática		
Pós-graduação Mestrado em Educação Matemática		
davi.silva@ifc.edu.br		fone 35334900

Nome: Eliana Terezinha Quartiero	CPF: 306.863.340-00	Regime de Trabalho Dedicção Exclusiva
Formação superior Graduação em Psicologia		
Pós-graduação Doutora em Psicologia Social e Institucional		
eliana.quartiero@ifc.edu.br		fone 35334900

Nome: Fernanda Zanotti	CPF: 066.110.179-76	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação superior Graduação em Engenharia Ambiental (Universidade Alto Vale do Rio do Peixe).		
Pós-graduação Mestre em Saúde, Trabalho e Ambiente		
fernanda.zanotti@ifc.edu.br		fone 35334932

Nome: Flávia Caraiba de Castro	CPF: 027.449.771-95	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação superior Graduação em Matemática		
Pós-graduação Mestre em Educação Científica e Tecnológica.		
Flavia.castro@ifc.edu.br		fone 35334900

Nome: Gabriel Schmitti	CPF: 023.495.249-06	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação superior Graduação em Sociologia		
Pós-graduação Mestrado em Sociologia Política		
Gabriel.schmitt@ifc.edu.br		fone 35334900

Nome: Jacob Michels	CPF: 533.845.040-20	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação superior Graduação em Fisioterapia		
Pós-graduação Especialista em Fisioterapia do Trabalho e Ergonomia Mestrando em Ciências da Reabilitação		
Jacob.michels@ifc.edu.br		fone 35334900

Nome: João Hemkemaier	CPF: 050.027.899-78	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação superior Graduação em Eletroeletrônica		
Pós-graduação Mestrado em Mecatrônica		
João.hemkemaier@ifc.edu.br		fone 35334900

Nome: Leonardo Rodrigues Thomaz Bridi	CPF: 008.414.919-17	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação superior Graduação em Engenharia Civil (UFSC)		
Pós-graduação Especialização em Engenharia de Segurança no Trabalho (UNC)		
leonardo.bridi@ifc.edu.br		fone 35334944

Nome: Leila Lisiane Rossi	CPF: 892.177.569-20	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação superior Graduação em Engenharia de Software		
Pós-graduação Mestre em Ciência da Computação		
leila.rossi@ifc.edu.br		fone 35334900

Nome: Marcia Elizabete Schüler	CPF: 652.258.999-00	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação superior Graduação em Arquitetura		
Pós-graduação Mestre em Saúde, Trabalho e Ambiente		
marcia.schuler@ifc.edu.br		fone 35334932

Nome: Marcos Roberto Mesquita	CPF: 290.303.778-79	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação superior Graduação em Ciências Sociais (UNICAMP).		
Doutor em Ciências Sociais - UNICAMP		
marcos.mesquita@ifc.edu.br		fone 35334944

Nome: Mariah Rausch Pereira	CPF: 049.533.469-39	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação superior Graduação em Direito.		
Pós-graduação Mestre em Direito Público		
mariah.pereira@ifc.edu.br		fone 35334932

Nome: Rosângela Aguiar Adam	CPF: 538.605.279-91	Regime de Trabalho Dedicação Exclusiva
Formação superior Graduação em Ciência da Computação.		
Pós-graduação Mestre em Ciência da Computação.		
Rosangela.adam@ifc.edu.br		fone 35334900

APÊNDICE IV

Quadro de Técnicos Administrativos

NOME	CARGO	Titulação
Ana Claudia Cagnin	Assistente administrativo	Graduação em Administração (Unoesc Videira) 2009 Especialização em Controle da Gestão Pública (UFSC à distância) 2011
Ana Claudia dos Santos	Auxiliar de biblioteca	Ensino Médio completo (2012)
Anderson Correa Gonçalves	Técnico em Agropecuária	Curso Técnico em Agropecuária/ Curso Técnico em Biotecnologia (IFSC-2013) Superior em Tecnologia de Gestão em Agronegócios(Unicesumar 2016)
Ângela Lidvina Schneider	Auxiliar de biblioteca	Licenciatura em Pedagogia Pós-Graduada em Educação (IFC Câmpus Videira) 2013
Ângela Maria Crotti da Rosa	Assistente administrativo	Graduação em Administração (Unoesc/Videira) 2007 Graduada em Licenciatura em Matemática (UFPEL) 2012 Pós-Graduada em Controle de Gestão Pública (UFSC) 2011 Pós-graduanda em Educação Empreendedora (PUC-RJ) em andamento

Antoninho Baldissera	Pedagogo/Orientador Educacional	Graduação em Pedagogia/Habilitação Orientação Educacional – Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras-Moema/SP 1983 Especialização em Logoterapia pela Faculdade e Ciências sociais e aplicadas do Paraná – FACET 2015 Cursando Especialização em Orientação e supervisão educacional pelo INEPE Porto Alegre.
Bruno José Dani Rinaldi	Técnico em Laboratório/Área:Química	Graduação em Engenharia de Alimentos
Camila Zanette Zuanazzi	Assistente administrativo	Graduanda em Tecnologia de Gestão Pública (Uninter) em andamento
Carla Genoveva Santin Fernandes	Assistente administrativo	Graduação em Letras (Licenciatura); Graduação em Pedagogia EAD ULBRA Pós-Graduação em Língua Portuguesa (Universidade Estadual de Londrina) 2008; Pós-Graduação em Educação Infantil (Universidade Estadual de Londrina)
Caroline Vian Spricigo	Assistente administrativo	Graduação em Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos (Uninter – semipresencial) 2015
Cassiana Schmidt	Assistente administrativo	Graduada em Engenharia Ambiental Pós-graduada em Gestão e Direito Público (Unoesc/Joaçaba) 2012

Daniel Manenti	Técnico em laboratório/Área: Automação Industrial	Técnico em Eletrotécnica Técnico em Agropecuária Tecnólogo em Desenvolvimento de Recursos Humanos (Unoesc/Videira) 2010 Pós-Graduado em MBA em Planejamento e Gestão Estratégica (Fainter) 2011
Danieli Vieceli	Psicóloga	Licenciatura e Bacharelado em Psicologia (Unoesc/Videira) 2006 Pós-graduação em Gestão Estratégica de Pessoas (PUC) 2008 Mestre em Educação (Unoesc/Joaçaba) 2015
Deise Dallposso	Assistente de alunos	Ensino Médio Completo
Denise Danielli Pagno	Técnica em assuntos educacionais	Licenciatura em Ciências Biológicas Especialização em Microbiologia Mestre em Educação (Unoesc/Joaçaba)
Diego Alan Pereira	Técnico de Tecnologia da Informação	Tecnólogo em Processamento de Dados Pós-Graduado em Governança de TI (SENAC/São José) 2012
Everson Willian Batista	Técnico em Segurança do Trabalho	Técnico em Segurança do Trabalho (IFC Câmpus Videira) 2012 Graduando em Engenharia de Alimentos (Unoesc) em andamento
Felipe Ribas	Auxiliar em Administração	Licenciatura em Filosofia (Unicentro) 2005

Gabriela Frizzo Patrício	Técnica em assuntos educacionais	Licenciatura em Geografia Especialização em Ensino de História e Geografia Mestre em Educação (Unoesc/Joaçaba) 2015
George Vanz	Analista de tecnologia da informação	Graduado em Ciências da Computação (Unoesc/Videira) Pós-graduado em Redes e Segurança de Sistemas (PUC/PR) 2011 Mestrando Profissional em Computação – Área de concentração: Redes de computadores – SETEC/UFPE (em andamento)
Gislaine Julianotti Carlesso	Administrador	Bacharel em Administração Pós-graduada em Gestão Pública (UFSC à distância) 2011
Grazieli Ferreira da Rosa	Enfermeira	Graduação em Enfermagem (Unoesc) 2011 Pós-graduada em Enfermagem do Trabalho (Uninter) 2015
Joice Aparecida do Nascimento	Auxiliar de biblioteca	Técnica em Agropecuária (Escola Agrotécnica Concórdia) 2008 Graduada em Pedagogia (UNIASSELVI) 2011 Pós-graduada em Educação – Práticas Pedagógicas (Dom Bosco) 2012.
Josiane Bonetti	Assistente administrativo	Graduação em Ciências Contábeis (Unoesc/Videira) Pós-Graduada em MBA em Gestão Pública (Universidade Anhanguera) 2012.

Juciara Ramos Cordeiro	Assistente Social	Graduação em Serviço Social (UFSC) 2008 Pós-Graduada em Gestão de Políticas Públicas (Unopar – Universidade do Norte do Paraná) EAD 2014
Liliane Josefa Orso Pinheiro	Contadora	Bacharel em Contabilidade (Unoesc/Videira) Especialista em Direito Empresarial e Planejamento Tributário (Unoesc/Videira)
Lizete Camara Hubler	Técnica em assuntos educacionais	Graduação em Geografia Pós-Graduação em Metodologia do Ensino de História e Geografia Graduada em História (UEPG – Universidade Estadual do Paraná) Mestre em Educação (Unoesc/Joaçaba) 2014
Loriane Vicelli	Técnica em assuntos educacionais	Licenciatura em Pedagogia com habilitação em Séries Iniciais (Unoesc Campus Videira) 1999 Pós-Graduação em Séries Iniciais do Ensino Fundamental (Unoesc Campus Videira) 2006
Marcelo Diel	Técnico em Agropecuária	Técnico em Agropecuária Graduação em Engenharia Agrícola Especialização (Pós-graduação) em Educação Profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos Mestre em Ciências (Universidade Federal de Pelotas) 2005

Maria José de Castro Bomfim	Programador Visual	Graduação em Design Gráfico (UFPR) 2006 Especialização em Marketing Unopar 2015 (em andamento)
Marion Schmidt	Assistente administrativo	Bacharel em Biotecnologia Industrial (UNOESC – Videira) 2008 Pós-graduada em Gestão e Direito Público (Unoesc/Joaçaba) 2012
Matheus Bisso Sampaio	Analista de tecnologia da informação	Graduação em Ciência da Computação (Unicruz – Cruz Alta/RS) 2008 Pós-Graduado Lato Sensu em Redes de Computadores (ESAB) 2014
Mauricio Natanael Ferreira	Analista de tecnologia da informação	Graduação em Sistemas de Informação (UNOESC) 2011 Pós-graduado em Desenvolvimento Web (IFC – Campus Videira)
Nelson Magalhães de Oliveira	Bibliotecário/Documentalista	Especialização em Gestão de Bibliotecas Escolares 2015
Patrícia Frizzo	Auxiliar em Administração	Bacharel em Ciências Contábeis Pós-Graduada em MBA em Administração Estratégica e Financeira (Unoesc/Videira) 2012 Mestranda em Administração (FURB) em andamento
Paulo Bruschi	Auditor	Graduação em Direito (Unoesc Videira) 2005 Pós-graduado em Direito Material e Processual Civil (Unoesc Videira) 2014
Ramon Silva da Cunha	Tradutor Intérprete de Libras	Graduado em Licenciatura em Matemática

Ricardo Kohler	Técnico em Tecnologia da Informação	Técnico em Informática (IFC – Câmpus Videira) 2012 Graduado em Ciência da Computação (IFC – Câmpus Videira)
Roberta Souza Santos	Tecnólogo: Gestão de Recursos Humanos	Graduação em Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos (Universidade de Santo Amaro – SP) 2013 Pós-Graduação Lato Sensu em MBA Executivo em Recursos Humanos (Universidade de Santo Amaro SP) 2013 Graduanda em Administração (Centro Universitário Interativo – UNISEB) em andamento
Rodrigo Zuffo	Assistente administrativo	Graduado em Sistemas de Informação (Unoesc/Videira) 2011 Pós-graduado em Desenvolvimento Web (IFC – Câmpus Videira) Mestrando em Administração (FURB) em andamento
Rosana de Oliveira	Técnica em assuntos educacionais	Licenciatura em Pedagogia (Udesc) 2006 Especialização em Educação Infantil e Séries Iniciais (Facvest) 2006
Rosane Goularte	Técnica em assuntos educacionais	Licenciatura em Geografia Pós-graduada em Geopolítica e Educação Ambiental Mestre em Ciências da Educação (Universidad del Mar- UDELMAR - Santiago do Chile- Chile)
Samantha Vanin Felchilcher	Auxiliar de biblioteca	Graduada em Psicologia (Uniarp/Caçador) 2011

Sandra Cristina Martini Rostirola	Técnica em assuntos educacionais	Licenciatura em Matemática (Unoesc Videira) 2008; Especialização em Ensino e Gestão na Educação Básica (Unoesc Videira) 2010; Mestranda em Matemática (UFFS)
Silvia Marina Rigo	Auxiliar em Administração	Bacharel em Administração (Unoesc/Videira) Pós-Graduada em MBA em Gestão Pública (Universidade Anhanguera – à distância) 2013
Tatiana Zuffo de Castilha	Assistente de alunos	Graduação em Tecnologia de Alimentos (Unoesc Videira) 2008 Graduanda em Administração Uninter
Thales Fellipe Guill	Assistente administrativo	Graduado em Tecnologia de Redes de Computadores Pós-Graduado em Governança de TI (SENAC/São José) 2012
Tiago Heineck	Técnico de Tecnologia da Informação	Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Bacharelado em Administração (Univali) 2011 Pós-Graduado em Engenharia de Sistemas (ESAB) 2013 Mestrando Profissional em Computação – Área de concentração: Sistemas de Informação – SETEC/UFPE (em andamento)
Tiago Possato	Técnico em Laboratório/Área: Eletroeletrônica	Técnico em Eletrotécnica (SENAI) Técnico em Eletroeletrônica (IFC- Câmpus Videira) 2013 Graduando em Ciência da Computação (IFC – Câmpus Videira)

Vanessa Bettoni	Assistente administrativo	Graduada em Farmácia/Bioquímica Pós-graduada em Farmacologia Clínica Pós-graduada em Microbiologia Clínica Especialização em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa
Vera Regina Mazureck	Pedagoga/Supervisor Educacional	Graduada em Pedagogia – Supervisão Escolar Graduada em Ciências da Religião Especialista em Gestão Escolar Especialista em Assessoria Bíblica Especialista em Metodologia da Alfabetização Mestre em Educação (Uniplac) 2013

ANEXO I

Regulamento do Estágio

REGULAMENTO DE ESTÁGIO
CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM
SEGURANÇA DO TRABALHO

Subsequente

I – DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 1º - O presente regulamento define os procedimentos, os pré-requisitos, regras, as atribuições e responsabilidades das partes envolvidas, bem como as condições para a realização do estágio curricular do curso.

Art. 2º - Toma-se como base deste regulamento a Lei nº 11.788 de 25 de dezembro de 2008. Todas as situações omissas neste regulamento que não forem abordadas explicitamente por esta lei e também que não estiverem contempladas no projeto pedagógico do curso (PPC), deverão ser encaminhadas para apreciação do núcleo docente básico do curso.

Art. 3º - As características das atividades do estágio deverão estar coerentes com os aspectos do perfil profissional do egresso definidos no PPC.

Art. 4º - O estágio definido por este regulamento corresponde à sua modalidade de estágio obrigatório e/ou não obrigatório, conforme estabelecido no PPC.

Art. 5º - Este regulamento aplica-se ao curso de educação profissional técnica de nível médio em Segurança do Trabalho - modalidade integrado e também subsequente;

II – DOS OBJETIVOS

Art. 6º - O Estágio Supervisionado tem por objetivo:

- Possibilitar aos alunos vivenciar situações e experiências da realidade empresarial;
- Proporcionar experiências práticas por meio do desenvolvimento de

- atividades em empreendimentos e/ou organizações públicas ou privadas;
- Complementar a formação profissional do aluno;
 - Contribuir para a escolha da especialização profissional futura do aluno;
 - Proporcionar oportunidades de desenvolvimento de projetos de pesquisa e de empreendimentos empresariais e acadêmicas;
 - Oportunizar o aprendizado sobre a estrutura e o funcionamento das organizações;
 - Possibilitar o desenvolvimento do aluno em âmbito social, profissional e cultural nas áreas de abrangência do Curso;
 - Aplicar e consolidar os conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso.

III – DA ORGANIZAÇÃO

Art. 7º - O estágio deverá contar com um professor para coordenar a organização dos estágios. Este professor é chamado de “Professor Coordenador de Estágio”.

Parágrafo único: na ausência do professor coordenador de estágio no curso, a coordenação das atividades de estágio fica diretamente vinculada ao respectivo departamento desta instituição;

Art. 8º - O estágio deverá ter um professor orientador para acompanhar, orientar e avaliar o estágio realizado.

Art. 9º - Cada Estagiário contará ainda com um “Supervisor de Estágio”, com experiência profissional na área de aplicação do estágio, indicado pela organização concedente.

Art. 10º - O estágio poderá ser realizado em organizações públicas ou privadas, devidamente conveniadas com o Instituto Federal Catarinense - Câmpus Videira, desde que apresentem condições de proporcionar atividades que estejam correlacionadas com o perfil do egresso do curso.

Parágrafo único: as atividades de estágio oferecidas e realizadas pelo estagiário na organização devem estar compatíveis com o perfil do egresso estabelecido no PPC

do curso.

Art. 11º - A atividade de estágio exige um supervisor com vínculo empregatício com a empresa concedente, que possua cargo hierarquicamente superior ao do aluno na mesma.

Art. 12º O aluno poderá realizar estágio em organização na qual mantém vínculo empregatício desde que em área distinta de sua atuação habitual/funcional e que esteja relacionada com o perfil do egresso estabelecido no PPC do curso.

IV - DOS DOCUMENTOS DO ESTÁGIO

Art. 13º - Os documentos a serem utilizados pelo estagiário, concedente de estágio, professor orientador, supervisor, coordenador de estágio e respectivo departamento, não necessariamente utilizados nesta ordem, são:

- Termo de aceite de banca de avaliação: documento utilizado pelo professor coordenador de estágio a fim de definir os professores que participarão da banca de avaliação do estágio;
- Termo de aceite de orientação: documento assinado pelo professor dando ciência que orientará a realização do relatório de estágio curricular do aluno;
- Plano de Estágio: documento no qual constarão dados do aluno, instituição e concedente de estágio, bem como a descrição geral das atividades que o aluno realizará no estágio;
- Ficha de Avaliação do Estagiário pela concedente de estágio: documento preenchido pela empresa concedente do estágio no qual avaliará o estagiário segundo critérios estabelecidos;
- Ficha de Avaliação de Estagiário pelo Professor Orientador: documento preenchido pelo professor orientador de estágio no qual avaliará o estagiário segundo os critérios estabelecidos;
- Ficha de Auto-avaliação do Estagiário: documento preenchido pelo próprio estagiário no qual o auto-avaliará segundo os critérios estabelecidos;
- Ata da Banca de Avaliação do relatório de estágio: documento

preenchido e assinado pelos três professores que avaliam o relatório de estágio apresentado. Nesta ata a banca decide que o estagiário está “aprovado”, “aprovado com ressalva” considerando que o mesmo deve fazer algumas alterações no relatório conforme solicitação da mesma banca ou reprovado;

- Termo de Compromisso de Estágio Curricular - Não remunerado e remunerado: documento que oficializa legalmente a atividade de estágio do aluno. Este termo deve ser preenchido com orientações do coordenador de estágio e entregue ao respectivo departamento;
- Solicitação de Substituição de Professor orientador: documento que oficializa a solicitação para que haja a substituição do professor orientador, segundo os motivos apresentados pela coordenação de estágio e/ou pelo próprio professor;
- Termo Aditivo: documento utilizado, assinado pela empresa, pelo estagiário e pela instituição de ensino, quando da substituição de estágio e necessidade de um novo termo de compromisso;
- Solicitação de Validação de Horas de Estágio: documento no qual oficializa que o aluno deseja reaproveitar horas realizadas em projeto de pesquisa e/ou projeto de extensão como horas de estágio.

V - DA REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Art. 14º - A jornada de atividade de estágio deve seguir as orientações do ART. 10 da referida lei supracitada;

Art. 15º - A carga horária mínima de estágio a ser cumprida pelo estagiário é definida conforme projeto pedagógico do curso;

Art. 16º - O procedimento para a realização de estágio:

- O aluno deverá procurar o coordenador de estágio e preencher a solicitação para a realização de estágio;
- O coordenador de estágio identifica um professor orientador e entrega a ficha de solicitação para o aluno;
- O aluno providencia a documentação junto ao departamento de estágio. Estes documentos são definidos e entregues pelo

- departamento do estágio do instituto;
- ☐ O aluno realiza o estágio e entrega a ficha de acompanhamento para o setor de estágio conforme regras do departamento;
 - ☐ O estagiário deverá elaborar com orientações de seu professor orientador do estágio o relatório final, devendo ser entregue no setor responsável;
 - ☐ O coordenador de estágio convoca uma banca composta de três professores do curso para a avaliação do estágio;
 - ☐ A banca avalia o relatório final do estágio e entrega a avaliação final ao coordenador de estágio;
 - ☐ O coordenador de estágio toma como base a avaliação da banca de estágio, a avaliação do supervisor e a autoavaliação do aluno para compor a média final que será registrada na ata final de avaliação;
 - ☐ O coordenador de estágio publica diretamente a nota para o conhecimento da secretaria acadêmica e também do respectivo aluno estagiário.

Parágrafo único: O aluno só poderá iniciar a execução das atividades de estágio após a entrega de toda a documentação do respectivo departamento. O não cumprimento desta regra implica na invalidação das horas decorrentes já realizadas antes da conclusão e entrega dos documentos.

Art. 17º - Os horários de realização do Estágio Supervisionado não podem coincidir com os horários das demais atividades acadêmicas;

Art. 18º - Toda interrupção do Estágio, por qualquer motivo, deve ser comunicada com antecedência ao coordenador de estágio e seguir os trâmites legais.

Parágrafo único – A complementação do estágio interrompido, somente poderá ocorrer com a permissão do coordenador de estágio e também com a aprovação do novo Plano de Estágio e assinatura do novo Termo de Compromisso.

Art. 19º - O aluno que deixar de cumprir as atividades de estágio nas datas previstas pelo plano, e que não tenha tomado as providências necessárias para sua

complementação em tempo oportuno, perderá o direito de conclusão do estágio naquele semestre/ano letivo.

Art. 20º- O aluno poderá solicitar ao respectivo departamento de estágio a validação das horas realizadas em seu projeto de pesquisa e/ou extensão, como horas de estágio.

Art. 21º- A anuência da utilização das horas do projeto de pesquisa e/ou extensão, em sua totalidade ou parcial, é dada pelo professor coordenador de estágio e/ou coordenador do curso juntamente com o respectivo núcleo docente básico.

Parágrafo único: o aluno deve solicitar a validação das horas juntamente com a coordenação de estágio e/ou coordenador de curso mediante preenchimento do documento solicitação de validação conforme orientações da mesma coordenação.

VI – DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 22º - O acompanhamento do estágio será realizado pelo Professor Coordenador de Estágio por meio de:

- Informações solicitadas pelo professor Coordenador de Estágio à organização concedente do estágio;
- Ficha de acompanhamento mensal de atividades;

Art. 23º - Para a conclusão do estágio curricular, o aluno deverá entregar o relatório de estágio conforme modelo disponibilizado pela coordenação de estágio, em 3 (três) cópias impressas e uma cópia em formato digital pelo professor orientador de estágio.

Art. 24º - Após a entrega será realizada a banca de avaliação do trabalho do aluno, composta por três professores do Curso (o professor orientador e dois outros professores convidados, levando em conta o Plano de Estágio e Relatório de Estágio).

Art. 25º - A avaliação é composta pelo acompanhamento, avaliação do relatório e

autoavaliação;

Parágrafo único – A nota no estágio do aluno será composta por três itens:

- 3.0 pontos - Acompanhamento (avaliação da parte concedente, realizado pelo supervisor, avaliação do professor orientador);
- 5.0 pontos - Avaliação da banca do relatório de estágio;
- 2.0 pontos - Auto-Avaliação do estagiário;

VII – ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

Art. 26º - São atribuições da Coordenação/Coordenador de Estágio:

- Identificar oportunidades de estágios junto às empresas;
- Proceder ao encaminhamento dos candidatos a estágio;
- Acompanhar a elaboração do Plano de Estágio;
- Fornecer carta de apresentação para os alunos, quando solicitada;
- Atuar, por meio do agente de intermediação, no ato de celebração do Termo de Compromisso entre a organização do estágio e o estagiário;
- Fornecer ao estagiário informações sobre os aspectos legais e administrativos a respeito das atividades de estágio.
- Aprovar o Plano de Estágio do aluno;
- Efetuar o lançamento das notas finais do estágio e encaminhá-las à secretaria.

Art. 27º – São atribuições da organização/empresa concedente do estágio:

- Firmar o Termo de Compromisso com a Faculdade;
- Atribuir ao estagiário, tarefas compatíveis com as atividades previstas no plano de estágio;
- Oferecer condições físicas e materiais indispensáveis ao desempenho do estagiário.
- Aceitar em sua dependência o Professor Coordenador de Estágio designado pelo Instituto Federal Catarinense, para trabalhos de acompanhamento do estagiário.
- Comunicar por escrito ao Coordenador de Estágio qualquer ocorrência referente à atuação do Estagiário ou à continuidade da realização do

Estágio.

Art. 28º – São atribuições do Supervisor de Estágio:

- Acompanhar e supervisionar diretamente as atividades do estagiário na organização concedente de estágio, orientando-o sempre que necessário, no âmbito da área da aplicação sendo desenvolvida.
- Acompanhar a execução do plano de estágio conforme o planejado;
- Oferecer condições físicas e materiais indispensáveis ao desempenho do estagiário.
- Comunicar sempre que possível qualquer irregularidade na realização do estágio.

Art. 29º – São atribuições do Professor Orientador de Estágio:

- Acompanhar indiretamente as atividades de estágio do aluno, procurando orientá-lo sempre que necessário em suas dúvidas direcionando-o nas dificuldades do entendimento de conceitos e aplicações inerentes a sua área de estágio;
- II. Orientá-lo na escrita do relatório de estágio com encontros presenciais ou usando recursos virtuais;
- III. Conduzir a realização da banca de avaliação do trabalho do aluno, bem como registrar na ata as informações resultantes da banca;
- IV. Corroborar junto ao aluno para a realização do estágio e a produção de um relatório de qualidade;
- V. Comunicar sempre que possível qualquer irregularidade na realização do estágio.
- VI. Entregar ao coordenador de estágio os documentos resultantes da

banca de avaliação de estágio;

VIII – DAS RESPONSABILIDADES DO ESTAGIÁRIO

Art. 30º – Compete ao aluno que realiza estágio curricular:

- Respeitar as Normas e Disposições constantes deste regulamento;
- Comparecer às reuniões convocadas pelo Coordenador de Estágio;
- Cumprir o estágio de acordo com o Plano de Estágio estabelecido;
- Cumprir o programa de estágio, comunicando à instituição concedente, em tempo hábil, eventual impossibilidade de desenvolvê-lo.
- Apresentar, na forma e segundo os padrões estabelecidos, o relatório de atividades sempre que solicitado;
- Assinar o Termo de Compromisso.
- Organizar sua disponibilidade de tempo para o desenvolvimento das atividades teórico-práticas do estágio;
- Observar as normas e regulamentos da organização em que estagia;
- Não divulgar para terceiros, dados observados ou informações fornecidas pela instituição concedente do estágio;
- Apresentar o Relatório de Estágio no prazo definido pela Coordenação de Estágio.

IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31º - Situações adversas serão apreciadas pela Coordenação de Estágio, com apoio do Regulamento Geral de Estágio Curricular da Instituição;

Art. 32º - Os casos omissos serão analisados e resolvidos pelo núcleo docente básico do curso, ouvidas as partes envolvidas.

Art. 33º - Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.